



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JACKELINE KOPPE EIRIZ MARVILA

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
Perspectivas políticas, intelectuais e culturais

Rio de Janeiro - RJ
2026

JACKELINE KOPPE EIRIZ MARVILA

**O PAPEL DAS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:**

Perspectivas políticas, intelectuais e culturais

Dissertação de Mestrado e Produto Educacional apresentados ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Rodrigo Trevisano de Barros

Rio de Janeiro – RJ

2026

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M391 Marvila, Jackeline Koppe Eiriz
O papel das bibliotecas do Colégio Pedro II na educação profissional e tecnológica : perspectivas políticas, intelectuais e culturais / Jackeline Koppe Eiriz Marvila. – Rio de Janeiro, 2026.

110 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Rodrigo Trevisano de Barros.

1. Bibliotecas escolares. 2. Educação profissional. 3. Educação tecnológica. 4. Formação integral. I. Barros, Rodrigo Trevisano de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



JACKELINE KOPPE EIRIZ MARVILA

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:

Perspectivas políticas, intelectuais e culturais

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 28 de abril de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Trevisano de Barros
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Robson Costa de Castro
Colégio Pedro II

Profa. Dra. Laís Rodrigues da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



JACKELINE KOPPE EIRIZ MARVILA

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:

Perspectivas políticas, intelectuais e culturais

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 28 de abril de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Trevisano de Barros
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Robson Costa de Castro
Colégio Pedro II

Profa. Dra. Laís Rodrigues da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A todos os profissionais que atuam nas equipes das Bibliotecas do Colégio Pedro II e que, independentemente de sua área de formação, aprenderam a amar seus espaços de trabalho e colocam a serviço das pessoas mais que seus conhecimentos, mas seus próprios corações.

AGRADECIMENTOS

Ao meu grande Deus, que sempre me impulsiona a avançar e ir muito além dos meus limites,

À minha família, minha maior riqueza, que está comigo nos vales e nas montanhas da vida,

Ao Colégio Pedro II, que já me proporcionou tantas conquistas,

Às minhas queridas colegas da equipe da Biblioteca do *Campus* Tijuca II, pelo apoio e amizade,

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Trevisano, pela parceria, conhecimento e gentileza na condução do processo.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos
nós ignoramos alguma coisa. Por isso
aprendemos sempre.

(Paulo Freire, 1989)

RESUMO

MARVILA, Jackeline Koppe Eiriz. **O papel das Bibliotecas do Colégio Pedro II na Educação Profissional e Tecnológica:** Perspectivas políticas, intelectuais e culturais. 2026. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

A presente pesquisa tem como tema o papel da Biblioteca na formação emancipatória no contexto da Educação Profissional e Tecnológica no Colégio Pedro II. Buscou-se analisar como a Biblioteca pode atuar como agente formativo dos sujeitos da classe trabalhadora, colaborando para a formação de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos. Compreende-se a Biblioteca como um espaço estratégico que ultrapassa a função tradicional de guarda do acervo, assumindo um papel ativo na mediação do conhecimento, na democratização da informação e na promoção da inclusão social. Como produto educacional foi desenvolvido um manual dirigido às equipes atuantes nas Bibliotecas com o objetivo de reunir diretrizes e propor ações que vão além das convencionais e que sejam capazes de contribuir para a formação integral dos sujeitos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva e bibliográfica. O desenvolvimento do referencial teórico fundamenta-se no conceito de emancipação intelectual da classe trabalhadora com base no pensamento de Gramsci. Os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica e indicam que a Biblioteca constitui um espaço educativo de mediação cultural, incentivo à leitura e inclusão social, configurando um ambiente propício e fecundo para despertar e enriquecimento intelectual, devendo ser utilizada de forma ampla e acolhedora a todos os sujeitos.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Educação Profissional e Tecnológica; Formação integral.

ABSTRACT

MARVILA, Jackeline Koppe Eiriz. *The Role of Libraries of Colégio Pedro II in Professional and Technological Education: Political, Intellectual, and Cultural Perspectives*. 2026. Dissertation (Professional Master's Degree in Professional and Technological Education) – Office of the Vice-Rector for Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

This research addresses the role of the Library in emancipatory education within the context of Professional and Technological Education at Colégio Pedro II. The study seeks to analyze how the Library can act as a formative agent for subjects of the working class, contributing to the development of conscious, critical, and reflective citizens. The Library is understood as a strategic space that goes beyond the traditional function of safeguarding collections, assuming an active role in knowledge mediation, the democratization of information, and the promotion of social inclusion. As an educational product, a manual was developed for library staff with the aim of compiling guidelines and proposing actions that extend beyond conventional practices and contribute to the integral education of individuals. This is a qualitative, exploratory-descriptive, and bibliographic study. The theoretical framework is grounded in the concept of the intellectual emancipation of the working class, based on the thought of Antonio Gramsci. Data were collected through a literature review and indicate that the Library constitutes an educational space for cultural mediation, reading promotion, and social inclusion, configuring a favorable and fertile environment for intellectual awakening and enrichment, and should therefore be used in a broad and welcoming manner for all subjects.

Keywords: School library; Professional and Technological Education; Integral education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Breve histórico do contexto educacional colonial e da Educação Profissional e tecnológica no Brasil.....	30
Quadro 2	Histórico do EJA.....	40
Quadro 3	Materiais recuperados nas bases de dados consultadas.....	59
Quadro 4	Objetivos do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II, categorias de análise e dimensões relacionadas.....	79
Quadro 5	Objetivos de aprendizagem.....	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CPC	Movimento Centro Popular de Cultura
CREIR	Centro de Referência em Educação Infantil Realengo
EIT's	Escolas Industriais e Técnicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETF's	Escolas Técnicas Federais
IF's	Institutos Federais
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCP	Movimento de Cultura Popular do Recife
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAC	Programa de Alfabetização e Cidadania
PNE	Plano Nacional de Educação
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIBI/CPPII	Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1	A FORMAÇÃO INTELECTUAL DA CLASSE TRABALHADORA.....	22
2.1.1	A formação dos trabalhadores ao longo da história.....	22
2.1.2	A formação integral ou <i>omnilateral</i>.....	25
2.1.3	O papel do debate na Educação Profissional e Tecnológica.....	29
2.2	O papel das Bibliotecas na formação intelectual da classe trabalhadora.....	34
2.2.1	O papel das Bibliotecas ao longo do tempo.....	34
2.2.2	A Biblioteca e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).....	37
2.2.3	A Biblioteca e o PROEJA.....	40
2.3	AS DIMENSÕES ANALÍTICAS DO PAPEL DA BIBLIOTECA NA EPT.....	47
2.3.1	Dimensão Política.....	47
2.3.2	Dimensão intelectual.....	49
2.3.3	Dimensão cultural.....	50
2.3.4	As dimensões analíticas por uma EPT emancipatória.....	52
3	METODOLOGIA.....	56
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA.....	56
4	ANÁLISE DE DADOS.....	60
4.1	A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO....	61
4.2	A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO CULTURAL E INCENTIVO À LEITURA.....	69
4.3	A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL.....	74
4.4	DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS NORTEADORES DA ATUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS.....	78
4.5	O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II (SIBI/CP II)	81
4.6	A BIBLIOTECA ESCOLAR DO <i>CAMPUS</i> TIJUCA II.....	84
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	ANEXO A – DISCURSO DE ABERTURA DA CORDENADORA DE CULTURA NO II ENCONTRO DAS BIBLIOTECAS DA REDE TÉCNICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (EBIREF) 2025.....	108

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de vinte anos de prática profissional no ambiente da Biblioteca escolar, exercendo função de apoio aos profissionais bibliotecários responsáveis pela gestão dos setores em dois *campi* do Colégio Pedro II, todos eles no segundo e terceiros turnos, pude experienciar o atendimento aos estudantes de diversos segmentos, incluindo os jovens e adultos dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, que sempre me despertaram especial atenção.

Essa experiência, tão rica quanto desafiadora, de lidar diariamente com um público que vai desde pré-adolescentes até idosos, exige atenção, adaptação e dedicação constante.

O trabalho realizado sempre trouxe, além de realização profissional, um desejo pessoal de aprimoramento que nasceu da convivência com essas pessoas, de querer impactar positivamente a vida delas.

Cursar o Mestrado já era um anseio há alguns anos, adiado pelas demandas da rotina corrida. Quando surgiu a oferta do mestrado profissional no mesmo *campus* onde trabalho, pareceu-me a oportunidade perfeita. O curso representava a possibilidade de ascensão na carreira, elevação da escolaridade, realização pessoal e a capacitação para servir ao público com mais excelência.

O Mestrado Profissional possui um aspecto prático que responde àquele desejo sempre presente de atuar em um ambiente que tenha relevância social, potencial para beneficiar pessoas, fazendo com que seja cumprido o papel de servir ao cidadão. O curso constitui uma ferramenta de capacitação importante para a qualificação dos trabalhadores das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

A Biblioteca escolar é um local de integração, acolhimento e um ponto de referência importante para os estudantes, em especial aqueles historicamente aliçados do processo educacional. Para eles, o ambiente da Biblioteca parece ter uma relevância amplificada e peculiar. As relações que nela se estabelecem vão muito além de serviços ou atribuições convencionais: são conexões humanas que trazem novas perspectivas e possibilidades, uma ampliação da visão de mundo, enriquecimento intelectual e despertar. As ações desenvolvidas no setor, abordadas ao longo da investigação, são direcionadas nesse sentido.

A escola e, em especial, a Biblioteca constitui um espaço essencialmente social, de mediação e troca, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento dos

sujeitos (Alcântara, 2012). Trata-se de um potente aparelho para a transformação social, espaço de questionamento, investigação e curiosidade, reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico.

Sendo o Colégio Pedro II uma instituição centenária, emblemática e tradicionalmente reconhecida pela sociedade no que tange à educação básica, pode-se observar que, em relação à Educação Profissional e Tecnológica, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

A presente pesquisa, inserida na linha de Organização e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), se propõe a investigar a contribuição das Bibliotecas escolares na busca da emancipação humana com base em categorias do pensamento gramsciano. Ancorada ao macroprojeto 6 do ProfEPT, “Organização de espaços pedagógicos da EPT”, busca pensar a Biblioteca como espaço não formal de educação inserido em uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica¹. A pesquisa bibliográfica e documental almejou analisar o debate formativo a partir de dissertações e teses, com base nos documentos norteadores da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal e do Colégio Pedro II.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, para que a formação se concretize de maneira emancipatória, é necessário que diferentes espaços e agentes educativos estejam integrados, contribuindo para a promoção da autonomia e do pensamento crítico dos sujeitos. Nesse sentido, a Biblioteca escolar pode desempenhar um papel crucial, não apenas como espaço de consulta e empréstimo de livros, mas como um ambiente de integração e formação que transcende o entendimento tradicional.

Para nós, a função social das Bibliotecas, especialmente em ambientes educacionais, vai além de disponibilizar acervos. Ela está relacionada à mediação do conhecimento, à promoção de práticas inovadoras e ao estímulo à formação crítica e autônoma dos sujeitos. No entanto, essa potencialidade nem sempre é plenamente explorada, especialmente em instituições como o Colégio Pedro II, que possui uma

¹ *Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT* – Abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e ao planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. Os projetos devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais (Art. 5º do Regulamento Geral do ProfEPT).

diversidade de cursos ofertados e sujeitos em diferentes contextos sociais, como os estudantes do PROEJA, que em geral fazem parte de grupos historicamente marginalizados e com trajetórias de vida educacional interrompidas. Portanto, entender como podemos orientar o setor de Bibliotecas e seus trabalhadores e trabalhadoras no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica torna-se preponderante quando falamos de formação emancipatória dos sujeitos, tanto trabalhadores servidores como trabalhadores estudantes.

Em uma pesquisa exploratória inicial, percebemos que apesar da crescente discussão sobre o papel das Bibliotecas na educação, existem lacunas quanto à sua atuação no contexto específico da Educação Profissional e Tecnológica. O documento central para a identidade, missão e função social da EPT pública federal, A lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais, os CEFETs, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, não menciona explicitamente as unidades ou sistemas de bibliotecas, embora adote como finalidade institucional em seu artigo 6º o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, bem como a promoção da produção, o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Tais objetivos encontram-se intimamente relacionados à atuação de bibliotecas enquanto espaços de acesso à informação e apoio ao ensino-aprendizagem.

Precisamos de uma análise mais rigorosa para podermos pensar em ações para esse setor tão potente e, aparentemente, pouco explorado. Dessa forma, faz-se necessário investigar como a Biblioteca pode cumprir sua função social e atuar como um agente ativo no processo formativo emancipatório dos sujeitos em seus espaços.

Este estudo buscou investigar as possibilidades de ação do setor de Bibliotecas, colocando-se como um espaço de mediação e acesso ao conhecimento crítico, buscando compreender como essa integração pode se dar no cotidiano do Colégio Pedro II. Para isso, realizou-se, além de uma análise teórica e documental, o desenvolvimento de um manual que utiliza a Biblioteca como ambiente de formação. Tal ação visa fortalecer o papel do setor de Bibliotecas e de seus trabalhadores na promoção de práticas que transcendam a mera consulta passiva ao acervo, incentivando a construção de uma Biblioteca como espaço ativo de mediação do saber e ampliando sua contribuição para a formação emancipatória dos estudantes.

Portanto, o problema de pesquisa que orienta esta dissertação pode ser resumido na seguinte questão: como a Biblioteca do Colégio Pedro II pode desempenhar sua função social, contribuindo na formação emancipatória dos sujeitos, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica?

Dessa questão originou-se o objetivo geral da pesquisa: Investigar de que maneira a Biblioteca do Colégio Pedro II pode desempenhar sua função social, contribuindo para a formação emancipatória dos sujeitos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Analisar compreensões teóricas e históricas sobre a função social das Bibliotecas no campo educacional, com ênfase no contexto da Educação Profissional e Tecnológica;
- b. Examinar práticas, ações e usos atuais da Biblioteca do Colégio Pedro II relacionados à formação crítica e emancipatória dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica;
- c. Identificar potencialidades e limites da Biblioteca como espaço formativo, considerando práticas pedagógicas, políticas institucionais e condições materiais;
- d. Desenvolver e implementar um manual para auxiliar os profissionais atuantes nas equipes de Bibliotecas a utilizarem este ambiente como espaço de integração, formação e promoção do acesso ao conhecimento, com vistas à formação emancipatória e com base nos princípios fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica.

A conscientização e empoderamento dos sujeitos através do despertar de suas potencialidades e formação de intelectualidade traz benefícios que vão além de suas próprias vidas: eles se tornam multiplicadores e agentes de transformação dos ambientes sociais em que vivem. Nossa investigação não possui como objeto os sujeitos que estudam nas instituições de Educação Profissional, contudo, sustenta que pensar criticamente a organização dos espaços é preponderante para ampliarmos a capacidade formativa desses lugares.

A produção de material científico específico sobre o tema “Biblioteca na Educação Profissional e Tecnológica e formação emancipatória” tem crescido, mas, a despeito de sua importância, essa inter-relação ainda é pouco explorada. Conforme

verificamos ao longo da pesquisa exploratória, há carência de trabalhos sobre o assunto, inclusive, a legislação ora deixa lacunas em relação às Bibliotecas como espaços pedagógicos integrantes da formação dos sujeitos, como foi apontado, apesar de mencionar a pesquisa como princípio pedagógico; e em outros casos falha na aplicação efetiva dos preceitos.

O recorte que construímos se configura a partir de três dimensões que nos permitem pensar criticamente os espaços de Bibliotecas: a primeira delas é a **dimensão política**, em que o setor de Bibliotecas precisa ser pensado em uma rede de disputas e relações que tensionam entendimentos e materializam significados; a segunda é a **dimensão intelectual**, que compreende a Biblioteca como instância promotora do desenvolvimento do pensamento autônomo, da reflexão sistematizada e do acesso ao conhecimento como direito; a terceira é a **dimensão cultural**, que reconhece a Biblioteca como espaço de valorização da diversidade e da pluralidade de saberes e expressões, compreendendo cultura como processo de organização social das ideias (Gramsci, 1968), em que o setor passa a ser compreendido como preponderante nas disputas pela construção de significados e sentidos atribuídos a si, ao outro e as relações no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Tais dimensões não podem ser pensadas separadamente como se fossem gavetas, na verdade elas estão presentes sempre uma dentro da outra, desse modo, buscamos pensar a dimensão cultural a partir da dimensão política e intelectual desse espaço. Cabe destacar que, as dimensões também conduzem nosso olhar sobre os dados, assim como orienta nossa análise.

A investigação parte do entendimento de que a Biblioteca, enquanto equipamento educativo, pode assumir papel estratégico na consolidação de práticas formativas mais democráticas, críticas e emancipadoras. Contudo, esse potencial ainda é pouco explorado no cotidiano das instituições de EPT, onde as Bibliotecas, em muitos casos, seguem sendo associadas a uma função meramente técnica ou instrumental.

A primeira dimensão analisada é a política, entendida como o campo das relações sociais, dos conflitos e das decisões que definem os rumos da vida escolar. Nessa perspectiva, o setor de Bibliotecas não pode ser pensado de forma isolada, mas como parte ativa das disputas em torno do currículo, da gestão democrática e da construção coletiva do projeto institucional. Ao investigar essa dimensão, a pesquisa parte da hipótese de que o fortalecimento das Bibliotecas como espaços de diálogo,

colaboração e articulação com diferentes setores da escola pode ampliar sua relevância e impacto na formação dos estudantes, ainda que de modo indireto, e tornar-se cada vez mais ativo nas questões referentes à organização do espaço escolar.

A segunda dimensão, a intelectual, está ancorada na concepção de Antonio Gramsci (2001) sobre os intelectuais como sujeitos que organizam, produzem e difundem visões de mundo. Aplicando esse referencial ao cotidiano dos trabalhadores das Bibliotecas, reconhece-se que esses profissionais, muitas vezes invisibilizados no planejamento pedagógico, exercem uma função formativa que extrapola o aspecto técnico. Assumir essa dimensão na organização dos espaços é inserir seus trabalhadores na assunção de uma consciência filosófica sobre seu papel na organização das instituições e nas ações que sustentam as práticas.

Por fim, a dimensão cultural considera que a Biblioteca é também um espaço simbólico, de construção e reconstrução de significados. Segundo Chauí (2000), cultura é o modo pelo qual os humanos se humanizam através de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística. Nosso trabalho busca ampliar esse entendimento clássico de cultura como a produção humana ao longo da história através do olhar de Gramsci, para quem cultura é o conjunto de concepções de mundo que orientam a maneira como os grupos sociais pensam, sentem e agem.

Nesse sentido, instituições como escola, biblioteca, imprensa e movimentos culturais são espaços estratégicos de disputa cultural. A cultura, compreendida nessa investigação como processo social de produção de sentidos (Gramsci, 1968), é central na medida que disputa e reconfigura os entendimentos a respeito da organização e do papel dos espaços escolares. Em Gramsci, cultura é prática social viva, campo de luta política e elemento essencial na formação de sujeitos críticos e na construção de uma nova hegemonia.

Buscamos com isso um novo processo de acolhimento e formação dos trabalhadores, compreendendo que é possível participar politicamente dos espaços deliberativos da instituição, assim como na articulação e consciência de classe nas disputas existentes no dia a dia das instituições que ofertam cursos de EPT.

Dessa forma, a presente investigação se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o papel estratégico das Bibliotecas no interior das instituições de EPT, especialmente no que diz respeito à formação dos trabalhadores. Ao deslocar o foco

da atuação direta com os estudantes para o fortalecimento do setor de Bibliotecas e de seus profissionais, a pesquisa aposta na potência das mediações institucionais e culturais como caminho para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e emancipatórias.

No caso do Colégio Pedro II, reconhecido por seu compromisso histórico com a educação pública, contudo ainda incipiente nos debates referentes à Educação Profissional e Tecnológica, torna-se urgente repensar o papel do setor de Bibliotecas de forma a alinhá-lo aos princípios definidos pela rede federal de EPT. A ausência de políticas mais consistentes de articulação entre os profissionais da Biblioteca e os projetos pedagógicos institucionais fragiliza o alcance de uma proposta educativa verdadeiramente integrada e voltada às necessidades de sujeitos cujas experiências, saberes e trajetórias muitas vezes desafiam os formatos escolares tradicionais.

O referencial teórico da investigação foi desenvolvido em três seções. Na primeira, “A formação intelectual da classe trabalhadora”, apresentamos o contexto histórico da formação dos trabalhadores, a cisão entre educação e trabalho, a dualidade do sistema de ensino no Brasil, a educação *omnilateral*, o princípio educativo do trabalho, a intelectualidade segundo Gramsci e a escola e a biblioteca como espaços de formação de intelectualidade e seu papel na Educação Profissional e Tecnológica. Na segunda, “O papel das Bibliotecas na formação intelectual da classe trabalhadora” abordamos a evolução do papel das Bibliotecas ao longo do tempo, sua relação com a EPT e as possibilidades de atuação de seus profissionais como agentes sociais e, finalmente, “As dimensões analíticas do papel da Biblioteca na Educação Profissional e Tecnológica” apresentam as dimensões política, intelectual e cultural, que orientam nosso olhar na investigação, e sua correlação com a Biblioteca como como espaço potencialmente formativo e emancipador.

Durante o percurso metodológico, foram analisadas dissertações e teses publicadas nos últimos dez anos (2016-2025) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Observatório do ProfEPT que se referiam ao tema “Biblioteca e Educação Profissional”, os principais documentos norteadores dos Institutos Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica relativos aos seus princípios e objetivos, bem como o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPPI (Projeto Político Pedagógico) em vigor no Colégio Pedro II, os quais norteiam as ações do SIBI (Sistema de Bibliotecas) da instituição. Realizou-se a organização e tratamento dos dados segundo a técnica de Análise de Conteúdo,

conforme Bardin (2016) e a categorização temática dos principais temas emergentes no levantamento bibliográfico.

Não foram analisados materiais que não se enquadravam nos critérios acima descritos ou documentos que não se referiam à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica ou às diretrizes institucionais do Colégio Pedro II.

A pesquisa apresentou baixo risco de execução, podendo causar leve desconforto no leitor ao abordar temas que possa considerar sensíveis ou polêmicos.

Os principais benefícios da pesquisa são a conscientização das equipes de Bibliotecas do Colégio Pedro II quanto aos fundamentos e objetivos da Educação Profissional de Tecnológica, despertamento das potencialidades que as unidades de informação podem explorar a fim de contribuir para a formação integral de seus usuários e fomentar o debate do tema, que articula Biblioteca, Educação Profissional e Tecnológica e formação integral.

A pesquisa apresenta novas perspectivas e possibilidades aos profissionais que atuam nesses espaços, potencializando os benefícios a todos os sujeitos ao trazer maior estímulo e engajamento e despertando, a partir do ambiente da Biblioteca, as possibilidades de crescimento pessoal, social e educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Alcântara (2012), a educação consiste em um ato dinâmico, crítico e transformador e a Biblioteca deve extrapolar o caráter conservador e estático de mero armazenador de informação e passar a funcionar como um centro dinâmico e participativo de aprendizagem, uma instância que atenda às necessidades de um grupo social e da sociedade em geral, através da administração do patrimônio informacional e exercício de uma função educativa ao orientar os usuários na utilização da informação.

O constante avanço tecnológico tem provocado transformações profundas no mundo e na sociedade. A Biblioteca, como agência social, está inserida nesse contexto e seu papel tem sofrido mudanças bastante significativas. A tradicional ideia do espaço de leitura, pesquisa e estudo vem passando por um processo de ressignificação e contextualização: de um ambiente austero, silencioso e cercado por um acervo protagonista a um ambiente vivo, interativo, dinâmico, eclético, democrático e focado na pessoa do usuário.

O processo de adaptação da Biblioteca aos novos tempos enfrenta o desafio de repensar seu papel no mundo contemporâneo e fazer-se atraente para seus espaços. Mesmo mantendo suas funções primordiais de guardião do acervo e da história, ela passa ser contextualizada, dispondo de múltiplos recursos e propostas diversificadas, com atuação política, intelectual e cultural, tornando-se palco de debates, interações, manifestações, enriquecimento e, conseqüentemente, transformação social.

2.1 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DA CLASSE TRABALHADORA

2.1.1 A formação dos trabalhadores ao longo da história

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Diferente dos animais, que se adaptam à natureza, o homem age sobre a natureza e a transforma a fim de ajustá-la às suas necessidades. O ato de transformar a natureza em função das necessidades humanas constitui o trabalho.

Segundo Marx e Engels (1974), o homem pode ser distinguido dos animais

pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira, mas ele se diferencia propriamente daqueles a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, ao passo que os animais se encontram condicionados por sua organização corporal. Assim, o trabalho define a própria essência do homem: não é possível viver sem trabalhar. Ele não tem sua existência garantida pela natureza sem agir sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades. A existência humana é produzida pelos próprios homens, sendo um produto do trabalho: ele não nasce homem, mas forma-se homem.

Os homens aprendem a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la, eles aprendem a trabalhar trabalhando: lidando com a natureza e uns com os outros, eles educam-se e educam as próximas gerações. A produção da existência configura um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007).

Nas comunidades primitivas, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência, tudo era feito em comum (produção comunal ou “comunismo primitivo”), não havia a divisão em classes. Eles produziam sua existência em comum e se educavam nesse processo de aglutinação tribal. A educação identificava-se com a vida, e não como uma preparação para ela.

Enquanto na sociedade feudal a produção era destinada a atender às necessidades de consumo e apenas com o excedente ocorria algum tipo de troca (economia de subsistência), com avanço das forças produtivas e o desenvolvimento da economia medieval a produção passou a ser voltada para a geração sistemática de excedentes especificamente para a troca (economia de mercado), surgindo, assim, o modo de produção capitalista, sistema segregador e excludente que se consolida sob a égide da divisão da sociedade em classes.

O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e à apropriação privada da terra, surgindo as duas classes sociais fundamentais: a dos proprietários e a dos não-proprietários, rompendo a unidade vigente nas comunidades primitivas. O controle privado da terra possibilitou aos proprietários viver do trabalho alheio, enquanto os não-proprietários passaram a ter a obrigação de, com seu trabalho, manterem-se a si mesmo e ao seu senhor, o dono da terra (Saviani, 2007).

A divisão dos homens em classes introduziu, conseqüentemente, uma cisão na educação, que antes coincidia com o próprio processo do trabalho, e passou a ter duas modalidades: uma para os homens livres (classe proprietária), centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e exercícios físicos lúdicos e/ou militares; e

outra dirigida aos escravos e serviçais (não-proprietários), assimilada no próprio processo de trabalho.

A partir desse contexto histórico, desenvolveu-se uma forma específica de educação, institucionalizada pela escola (etimologicamente, o “lugar do ócio”, ou dos que dispunham de tempo livre) e considerada educação propriamente dita, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo, resultando na separação entre trabalho e educação.

Passou-se, assim, do modo coletivo da produção da existência humana das sociedades primitivas (educação espontânea) para a divisão não somente dos homens em classes, mas da própria educação, através da dualidade: organização escolar para os que dispunham de ócio, lazer e tempo livre e, de outro lado, a maioria cuja educação coincide com o processo de trabalho.

Para Saviani (1994), a escola constituiu-se em um instrumento de preparação de futuros dirigentes, colocando-se desde o início ao lado do trabalho intelectual, na qual eram exercitadas as funções de guerra (liderança militar), de mando (liderança política), domínio da arte da palavra, conhecimento dos fenômenos naturais e regras de convívio social.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade de classes, consumou-se a cisão entre educação e trabalho, ou instrução e produção, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Enquanto as escolas cumpriam a função de preparar dirigentes intelectuais, as funções manuais, por sua vez, não exigiam preparo escolar. A formação dos trabalhadores dava-se concomitantemente ao exercício de suas funções.

A proposta dualista de educação consistia em “escolas profissionais” para os trabalhadores cujas profissões manuais requeriam uma formação prática limitada à execução de tarefas delimitadas, dispensando-se o domínio dos fundamentos teóricos; e “escolas de ciências e humanidades” para a formação de futuros dirigentes intelectuais cujo preparo para a atuação nos diferentes setores da sociedade requeria domínio teórico amplo. Esse cenário originou a histórica dualidade, vigente até os nossos dias, entre a escola de formação geral para aqueles que pretendem trilhar o caminho acadêmico de um curso superior e a escola profissionalizante para os setores populares que nela enxergam a possibilidade de inserção no mercado de trabalho (Moura, 2007).

Para Saviani (2007), a dualidade do sistema de ensino no Brasil implica,

basicamente, em uma escola que busca atender aos interesses das classes econômicas privilegiadas e, de outro lado, outra escola que busca atender os menos favorecidos, tornando-se assim, um aparelho de replicação da cultura imposta pela classe dominante. Ainda segundo o autor, tal dualidade se mantém não por questões legais, mas encontra-se alicerçada na própria estrutura de classes, consolidada pelo sistema capitalista de produção.

Nessa mesma direção aponta Mészáros (2008, p. 35), ao afirmar o grande impacto da lógica do capital sobre a educação ao longo do desenvolvimento do sistema. Em sua concepção, o significado da mudança educacional radical hoje implica “rasgar o colete de forças da lógica incorrigível do sistema” através do planejamento e da prossecução insistente da estratégia de quebrar a regra do capital com todos os meios disponíveis.

A investigação que propomos parte do reconhecimento das tensões históricas que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no que diz respeito à persistente dicotomia entre formação para o trabalho e formação crítica e emancipadora. Nesse sentido, buscamos problematizar essa divisão, compreendendo que ela não se expressa apenas nos discursos oficiais ou nas políticas públicas, mas também nas relações concretas que estruturam a organização interna da EPT. É nesse cenário que se insere o setor de Bibliotecas, muitas vezes relegado a uma função técnica e periférica, mas que carrega um potencial formativo ainda pouco explorado.

2.1.2 A formação intelectual integral ou *omnilateral*

A *omnilateralidade* é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa todos os lados ou dimensões. Assim, “a educação *omnilateral* significa a concepção de educação ou de formação humana que considera todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (Frigotto: Ciavatta, 2012, p. 265).

Coadunando com este entendimento, Ciavatta (2014) afirma que a *omnilateralidade* tem o sentido de formar o ser humano na sua integralidade, ou seja, todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o

trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional.

Trata-se de uma formação ampla, integral, emancipatória e necessária à formação de novos sujeitos, instituidores de uma nova moral e uma nova cultura anti-hegemônica, os *intelectuais orgânicos*, conceito de Antonio Sebastiano Francesco Gramsci, eminente filósofo, escritor, teórico político, jornalista, crítico literário, linguista e historiador italiano marxista (1891-1937).

Seu pensamento é de que o nível de desenvolvimento da sociedade exige um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos necessários à participação ativa dos sujeitos na sociedade e ao exercício da cidadania. Saviani (2007) destaca que esse arcabouço fundamental inclui a matemática, a linguagem escrita, as ciências naturais, as ciências sociais e a consequente definição de direitos e deveres, estando toda a estrutura assentada sob o princípio educativo do trabalho. Nesse sentido, Gramsci (1975 *apud* Saviani, 2007, p. 160) afirma que:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo.

Assim, Gramsci refuta a ideia de aceitação passiva e naturalizada das condições de existência dos sujeitos no mundo (que, no trecho acima trata como “intuição de mundo” fruto de mera “magia”), como se não resultassem de um processo histórico hegemônico (capitalista), de forças e relações de exploração que atuam para produzir e manter a sociedade de classes mediante a reprodução do *status* de uma minoria que detém o poder político, econômico e social *versus* a massa submissa e sem pensamento crítico.

Esses sujeitos, alijados do exercício efetivo da cidadania e da criticidade, podem superar a condição de exclusão e subalternidade ao se apropriarem de instrumentos para sua inserção efetiva na sociedade, aprendendo a ler, escrever, contar, dominar os fundamentos das ciências naturais e sociais, a fim de compreenderem o mundo em que vivem e a incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos através do domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo.

Trata-se do domínio das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não do mero adestramento em técnicas produtivas, o que implica na formação não de técnicos especializados, mas de politécnicos que dominam os fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Tais conhecimentos seriam acessados pelos sujeitos através de uma escola ativa, criativa, reflexiva e produtora de autonomia, que une instrução intelectual e trabalho produtivo e transmite os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção. Essa escola é capaz de desenvolver nos sujeitos o exercício de questionar a própria condição e proporcionar que passem a agir de forma consciente. Para Gramsci (1976 *apud* Monasta, 2010, p. 66),

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada à criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível, e por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade.

A escola proposta é humanista e igualitária, promotora do desenvolvimento integral do sujeito, que acessa a uma cultura tão elaborada quanto o filho da classe dirigente, na qual teoria e prática são indissociáveis na formação do sujeito pleno.

Segundo Pires (2012), considerando o senso comum, um intelectual é comumente definido como uma pessoa que possui ou deveria possuir poderes superiores do intelecto. Já para Gramsci, o intelectual seria definido de forma significativamente diferente desta compreensão. Para ele, o intelectual não é aquele que possui poderes superiores do intelecto, mas aquele que, na sociedade, tem como função social a responsabilidade de produzir conhecimento, e/ou inspirar, sugerir, introduzir conhecimento.

Semeraro (2006, p. 134) afirma que Gramsci considera “intelectuais orgânicos” aqueles que fazem parte de um organismo vivo em expansão, estando interligados com o mundo do trabalho, com as organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social para dirigir a sociedade. Assim, eles “emergem” da classe que representam e a ela estão vinculados, conscientes da concepção ético-política que defendem e a manutenção do poder do seu grupo social.

Ainda segundo o autor, os intelectuais tradicionais permanecem empalhados dentro de um mundo antiquado e fechados em abstratos exercícios cerebrais; eruditos, enciclopédicos, alheios às questões centrais da própria história e cultivando uma aura de superioridade com seu saber livresco. Sua pretensa neutralidade e distanciamento, na verdade, os tornam incapazes de compreender o conjunto do sistema de produção e das lutas hegemônicas, onde acontece o jogo decisivo do poder econômico e político (Semeraro, 2006). Ademais, eles estariam comprometidos com os interesses da classe dominante.

Gramsci (2000, p. 53) destaca que:

Não é o fato de pensar que sugere que as pessoas tenham a função de intelectual, na medida em que todos os seres humanos são intelectuais, já que pensam; não há atividade humana se não houver a atividade intelectual, do pensar e refletir para agir: o *homo faber* não pode se separar do *homo sapiens*: “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.

A escola, portanto, como espaço de formação de intelectualidade e, mais especificamente, a Biblioteca, está diante do desafio de criar condições para colaborar nessa formação de sujeitos críticos capazes de promover a superação dos processos ideológicos opressores e impeditivos da emancipação dos sujeitos. A educação das massas, a elevação de sua cultura, a consciência crítica e de classe constituem juntamente o ato político preliminar à caracterização do sujeito como agente transformador de sua história e da sociedade. O intelectual orgânico atua internamente ao sistema, buscando destituir ideologias em nome de uma nova concepção cultural. Para tanto, a Biblioteca constitui um potente instrumento capaz de aparelhar seus usuários na medida em que funciona como disseminadora de conhecimento.

A provocação de Gramsci ao desconstruir a noção clássica de intelectual e abrir espaço para a potencialização da cultura proveniente de saberes populares permanece atual e necessária na sociedade moderna desigual. Trentin Silveira (2018, p. 99), destaca o tocante discurso de Gramsci baseado em sua experiência pessoal ao elogiar a conduta excepcional de dois educadores, De Sanctis e Renato Serra, que se destacaram em sua trajetória acadêmica pela excepcional aproximação e acolhimento:

Se visse alguém humilde recuar como que assustado (...) aproximar-

se-ia dele, tomá-lo-ia pelos braços e o encorajaria a superar os obstáculos, mostrando-lhe que não são intransponíveis (...) sua atitude era de despojamento, de acolhimento, de aproximação em relação aos alunos, a tal ponto que estes se sentiam absorvidos por um encanto. Quantos véus caíram, quantos ídolos se desfizeram, quantos valores se inverteram. Era, pois, uma relação pedagógica de tipo novo, em que o mestre (educador) confiava no potencial do aluno e buscava conduzi-lo à autonomia.

Segundo o Dicionário Gramsciano (Liguori; Voza, 2017), Biblioteca é, aos olhos de Gramsci, um dos lugares fundamentais de formação e difusão da cultura. No exame do “material ideológico” que conflui para formar uma determinada hegemonia, o autor inclui a Biblioteca como parte da estrutura, ao lado da imprensa, que considera a parte mais dinâmica, das escolas, clubes de variados tipos, arquitetura, disposição e nome de ruas, teatros e tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente. Todos estes estão a serviço da estrutura ideológica de uma classe dominante uma vez que estão organizados para manter, defender e desenvolver sua frente teórica.

Juntamente com os seminários, oficinas experimentais e laboratórios, Gramsci (2004) sublinha como a Biblioteca constitui o corpo central da atividade formativa, na qual se recolhem os elementos fundamentais para a educação profissional.

Com base nessa concepção, a *práxis* bibliotecária, ao promover a aproximação, acolhimento, integração, valorização e conscientização do estudante, pode se tornar propulsora de inúmeras novas possibilidades, ampliação da visão de mundo e descoberta de potencialidades que darão início à transformação pessoal e do contexto social em que os estudantes estão inseridos.

2.1.3 O papel do debate na Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma categoria educacional que almeja preparar sujeitos para o exercício de atividades, ofícios e profissões no mundo do trabalho. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), a EPT oferece cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica e pós-graduação, sob os princípios da integração e articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à laboralidade, traduzidos em ações de ensino, pesquisa e extensão

(Brasil, 2007).

O processo histórico brasileiro, no que tange à Educação Profissional e Tecnológica, é marcado por descontinuidades: as políticas públicas de ensino profissionalizante caminham entre avanços e retrocessos e, segundo Moura (2007), o contexto encontra-se historicamente marcado pela dualidade de uma educação propedêutica direcionada à formação das elites dirigentes e ensino profissionalizante de caráter assistencialista para as classes menos favorecidas, a quem supostamente caberia o trabalho manual e menos valorizado.

Oriunda de uma sociedade escravocrata, essa modalidade de ensino enfrenta enormes desafios até hoje, uma vez que:

As características da sociedade brasileira dificultam a implementação da politécnia ou educação tecnológica em seu sentido original, uma vez que, dentre outros aspectos, a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a autossustentação, muito antes dos dezoito anos de idade (Brasil, 2007, p. 23-24).

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil deu seus primeiros passos na ocasião da vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Desse momento em diante iniciou-se o desenho de uma educação voltada para a classe trabalhadora. O objetivo era a formação de mão-de-obra que atendesse aos milhares de portugueses que compunham o séquito real. O quadro a seguir procura reproduzir sinteticamente os principais destaques do panorama da educação desde o período colonial e a trajetória da EPT no país.

Quadro 1 - Breve histórico do contexto educacional colonial e da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

	<p>Predomínio dos jesuítas: catequização dos indígenas e formação de quadros para a administração colonial; Formação de padres no idioma nativo tupi-guarani e formação de uma elite urbana colonial. A intenção dos colonizadores era, ao impor sua cultura aos nativos do Brasil, estabelecer uma relação de dependência e dominação. Colégios jesuítas são fundados em centros urbanos crescentes (Salvador em 1549; Rio de Janeiro em 1567; Olinda em 1568; Pará em 1626 e vilas de São Paulo de Piratininga e Santos desde 1554).</p> <p>O espaço urbano torna-se o lócus do conhecimento (concentração de atividades comerciais, cultura, poder, política, lazer e instituições que compõem o aparelho de Estado, inclusive as de educação).</p>
--	---

<p>Educação no Brasil colônia em três fases</p>	<p>Reformas pombalinas (conjunto de medidas que visavam criar condições para que ocorresse em Portugal uma industrialização semelhante à que ocorria na Inglaterra): No sistema escolar de Portugal e sua colônia, são expropriados pelo Império os bens e propriedades da Companhia de Jesus. A prática educacional passa das instituições escolares católicas para aulas e escolas régias ministradas por mestres e capelães de engenho nomeados pelos padres após a expulsão dos jesuítas. Em relação à Educação Profissional, houve pouco avanço, a aprendizagem de ofícios artesanais e manufatureiros ainda estava restrita às necessidades das fazendas, engenhos e corporações de ofícios. Não superou a educação jesuítica e aprofundou a cisão entre elite e povo com manutenção do tradicionalismo, lusitanismo, aristocratismo, europeísmo, verbalismo, cultura literária e livresca com menosprezo do trabalho manual.</p> <p>Reforma feita por D. João VI (1808-1822): com a vinda da família real para a colônia brasileira e diante do interesse de garantir mão-de-obra qualificada que lhe atendesse e ao seu séquito, são criadas instituições culturais e científicas, de ensino técnico e cursos superiores. A cultura e a educação ganham um novo impulso. É criado, em 1809, o Colégio das Fábricas, que representa o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes (Fonseca, 1986, v.1, p. 102). Criação de instituições como Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Escolas de Medicina (1808) e Escola Nacional de Belas Artes.</p>
<p>Brasil República</p> <p>Brasil República</p>	<p>Os avanços da ciência, da tecnologia e dos ideais liberais chegam ao Brasil por meio do chamado “espírito da civilização moderna” (Placido, 2014, p. 74) e o advento de uma nova forma de governo. As discussões republicanas da segunda metade do século XIX se materializam com a proclamação da República e inicia-se a revolução burguesa no Brasil, mas permanecem as estruturas do período anterior, caracterizando uma espécie de modernização conservadora (Fernandes, 1975, p. 65). O poder passa a ser exercido por agentes fora do tronco genealógico dos Bragança, como grandes latifundiários, herdeiros das sesmarias e “coronéis sem patente”, senhores da terra e da guerra. Esta elite, interessada em formação ilustrada para seus filhos, que comumente se deslocavam para universidades europeias, tiveram seus interesses satisfeitos com a criação de universidades, faculdades e escolas. Entretanto, os elementos conservadores permaneciam presentes na educação e reproduziam o modelo jesuíta: o ensino superior voltado aos filhos da elite e marcado pelo desprezo ao trabalho e formação profissional destinada aos pobres, visando às necessidades de mão-de-obra.</p>
	<p>Em 1909, são criadas a partir do Decreto nº 7.566, assinado em 23 de setembro pelo Presidente Nilo Peçanha, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (Brasil, 1909) com o fim de formar operários (mão-de-obra) por meio do ensino prático, repetitivo e conhecimentos técnicos básicos para execução de um ofício de forma mecânica.</p>

<p>Breve histórico da Educação Profissional no Brasil</p>	<p>Segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), trata-se da referência inicial do ensino profissional, científico e tecnológico organizado pelo Estado brasileiro na escala federal. Tal decreto aborda mais o caráter assistencial do que o educacional propriamente dito. Reforçando as relações de poder herdadas do Império e da Colônia, o projeto de ensino superior permanece voltado aos filhos da elite, em quanto aos pobres resta a educação profissional de caráter assistencial.</p> <p>No período do Governo Vargas, a partir da lei 378, de 13 de janeiro de 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Liceus Profissionais, destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus e com características mais focadas em aspectos educativos. A Constituição outorgada de 1937 inseriu o ensino técnico como instrumento estratégico para a sociedade que avançava no processo de urbanização e industrialização e no surgimento de uma sociedade urbano-operária.</p> <p>Ainda no Estado Novo, a Reforma Capanema equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio, e os Liceus passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EIT's), permanecendo até o fim da década de 1950, quando o Presidente Juscelino Kubistchek as transformou em Escolas Técnicas Federais (ETF's), com autonomia administrativa e pedagógica.</p> <p>Durante a década de 1970, para atender à demanda de mão-de-obra qualificada em uma conjuntura de superexploração do trabalho, ampliação das taxas de lucro do capital e arrocho salarial sob a ditadura política, bem como a contenção do acesso ao ensino superior, houve uma expansão do ensino técnico e profissional através da criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), que tinham a tarefa de formar engenheiros de operação e tecnólogos). Em 1994, os CEFET's tornaram-se unidade modelo da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico e absorveram as atividades das ETF's e das Escolas Agrotécnicas Federais.</p>
<p>Breve histórico da Educação Profissional no Brasil</p>	<p>Em 2008, o sistema federal foi reorganizado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), que absorveram os CEFET's, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais e escolas agrotécnicas federais, em uma conjuntura de renda e acesso menos desigual às estruturas públicas, oportunizando em diversas localidades o atendimento à população com formação e qualificação em diversas modalidades de educação profissional integrada e integral.</p>

Fonte: A autora (2026) adaptado de Castro, Plácido e Medeiros (2023).

A Educação Profissional e Tecnológica, ainda que sob influência dos ditames do sistema capitalista, precisa romper com a ideia de constituir mera produtora de massa de trabalho para comércios e fábricas, focando meramente no mercado de trabalho. É necessário oferecer, sob uma perspectiva humanizadora e voltada para a

cidadania, o desenvolvimento das capacidades de aprender, analisar, interpretar, refletir, criticar, propor alternativas e soluções a partir da unidade ensino/pesquisa, edificando a autonomia dos sujeitos. O estudante, na perspectiva Freiriana, deixa de ser um receptáculo de conhecimentos produzidos e transmitidos por outros para passar a construir, desconstruir e reconstruir suas convicções a respeito da ciência, da tecnologia, da própria vida e do mundo (Moura, 2007).

A construção do pensamento contra-hegemônico é elemento fundamental para que o trabalhador se torne um sujeito emancipado, com capacidade crítica, consciência de classe, apto para discernir as mazelas e disfunções do sistema capitalista desigual, segregador e excludente. Trata-se de um movimento de resistência que almeja a transformação em outro sistema que seja mais justo e equânime (Frigotto, 2009).

Uma educação voltada para a formação da consciência crítica e cidadã é a precursora da transformação e elevação das classes populares para a superação da sociedade dividida em “classes sociais”, quebrando paradigmas e dando à luz uma nova educação que possa desenvolver os fundamentos das diferentes ciências, facultando aos jovens a capacidade analítica dos processos técnicos e das relações sociais que regulam o destino da riqueza produzida. Conforme preconizava Gramsci na década de 1920, uma formação que permita o domínio das técnicas e leis científicas, bem como a percepção de quem está a serviço. Trata-se de uma formação humana que rompe com a herança de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana (Frigotto, 2005).

Ao entrar em contato com vários conhecimentos interrelacionados, o sujeito recebe formação ampla e profunda, integral, *omnilateral*, absolutamente comprometida com a transformação social e a superação da divisão entre trabalho intelectual e material característica do modo de produção capitalista. A proposta da Educação Profissional e Tecnológica tem como foco o desenvolvimento de uma sociedade que busca superar as desigualdades através da emancipação dos trabalhadores.

Nas palavras de Ciavatta (2012, p. 85), o que se busca é “garantir ao adolescente, jovem e adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e atuação como cidadão pertencente a um país e dignamente integrado à sua sociedade política, formação essa que supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos”. Nesse contexto, precisamos

aprofundar o debate sobre o papel dos espaços pedagógicos existentes no interior das escolas profissionais e tecnológicas no que diz respeito à organização e colaboração com o processo de formação crítica e auxílio na construção de criticidade na classe trabalhadora, o que nos leva a repercutir sobre o papel das Bibliotecas nesse cenário.

2.2 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA FORMAÇÃO INTELECTUAL DA CLASSE TRABALHADORA

2.2.1 O papel das Bibliotecas ao longo do tempo

As profundas mudanças sociais, políticas e econômicas globais, sobretudo com o advento e a celeridade do avanço da tecnologia, tem provocado transformações e questionamentos a respeito do papel das Bibliotecas contemporâneas. O tradicional ambiente austero destinado ao silêncio e quietude, frequentado por um público seletivo e depositário de um acervo protagonista vem sendo fortemente impactado pela necessidade de reinventar-se diante do contexto da sociedade da informação.

Nessa perspectiva, a Biblioteca é desafiada a repensar e reestruturar seus serviços e produtos, espaço físico, objetivos, a postura e função dos profissionais que nela atuam, a fim de atender às novas demandas. Há uma expansão de sua zona de atuação para além das atividades relacionadas à circulação do acervo e processamento técnico, considerando a infinidade de possibilidades que podem ser exploradas nas unidades de informação.

Suaiden (1980, p. 172) afirma:

Que as Bibliotecas estão sofrendo mudanças muito significativas não apenas por causa da filosofia que norteia sua criação atualmente, mas também em relação às novas tecnologias, aos novos tipos de documentos e à forma de lhes acessar.

O processo tecnológico altera a forma como as Bibliotecas fazem e apresentam seu trabalho. Dessa forma, os serviços das Bibliotecas deixaram de ser apenas uma questão que envolve os saberes tradicionais na área de Biblioteconomia, exigindo novas abordagens e competências.

Na mesma direção apontam Moro e Estabel (2011) ao afirmarem que a mudança de visão das Bibliotecas para além do serviço base de estudo e pesquisa colabora para a disponibilização de espaços atrativos, criativos e participativos,

coexistindo no mesmo espaço organização, informação, ludicidade, reflexão e formação humana.

A contextualização e adaptação desses espaços às novas demandas requerem a quebra de paradigmas e preconceitos históricos para trazer à luz um novo perfil: um local de socialização do conhecimento.

Barganha (2004, p. 93) corrobora esta mesma visão indicando que o atual modelo de concepção de Bibliotecas é inspirado no conceito de “espaço aberto”, adotado em países nórdicos, referindo-se a um local aprazível, no qual os documentos são agrupados por seu valor, conteúdo e pelo critério da informação, e não pelo seu suporte físico.

No indispensável processo de reestruturação, criação e adaptação de serviços, o usuário, e não o acervo, passa a ser o cerne para onde se converge a existência da Biblioteca. A autoras Boso, Silva e Goulart (2013) destacam a importância do estudo do usuário como forma de conhecer suas necessidades e interesses em relação à informação e o nível de satisfação dos mesmos. Silva e Nascimento (2015 *apud* Santos; Gracioso; Amaral, 2018) salienta que a criação e o fortalecimento da relação com os usuários partem também de observar-se a função dada a esse espaço, a missão a que se propõe e as ações que estão sendo desenvolvidas com vistas a legitimar o papel das Bibliotecas no contexto educacional.

Nesse cenário, independentemente de sua tipologia, as Bibliotecas têm avançado na direção da desconstrução do perfil de lugar silencioso, que serve apenas para a oferta de referências bibliográficas, estigma reproduzido principalmente em Bibliotecas que integram instituições educacionais, pois estes sempre foram espaços destinados à parcela erudita da população, não cabendo nele a “balbúrdia” de outros grupos sociais (Pajéu; Almeida, 2020, p. 3).

Relativamente à Biblioteca escolar, foco da presente pesquisa, e de acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions, 2015), trata-se de um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade constituem elementos fundamentais para o processo de travessia dos alunos da informação até o conhecimento, bem como para seu crescimento pessoal, social e cultural, contudo precisamos pensar sobre as particularidades e necessidades desses espaços e seus

trabalhadores quando inseridos em escola de Educação Profissional e Tecnológica. Sustentamos que a mudança sobre a qual argumentamos não se trata apenas de procedimento, mas na forma de conceber dos envolvidos.

De acordo com Costa (2013), se nos primórdios de sua criação, a Biblioteca escolar tinha como missão apenas oferecer suporte bibliográfico para a instituição, é nítida a desconstrução desse paradigma no atual contexto da sociedade da aprendizagem. Segundo a Organização dos Estados Americanos (Organização dos Estados Americanos, 1985), a Biblioteca escolar consiste em uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os disponibiliza à comunidade educacional, sendo parte integral do sistema educacional e participando de seus objetivos, metas e fins. É um instrumento de desenvolvimento do currículo, promotora do incentivo da leitura e da formação de uma atitude científica, um elemento formativo da aprendizagem permanente do indivíduo; estimulando a criatividade, a comunicação, promovendo a recreação e apoiando os docentes em sua capacitação ao lhes oferecer a informação necessária para a tomada de decisões na aula.

A necessidade de reformulação dos fazeres bibliotecários implica em uma maior responsabilidade e envolvimento no processo ensino-aprendizagem: colaborar ativamente na formação do estudante como cidadão dentro de uma sociedade. Assim, Moro e Estabel (2011) asseveram que a Biblioteca passou a acolher, além do ser humano, o ser social, que compartilha, troca e busca nas fontes o conhecimento, o qual não se encontra registrado apenas nos livros, mas em diversos suportes que compõem uma rede integradora de pessoas e novas aprendizagens. Neste processo de compartilhar, construir, colaborar e cooperar, encontra um espaço democrático, com recursos acessíveis e espaços de discussão e de trocas, no qual o bibliotecário passa a ser mediador entre a informação e o usuário, uma ponte: o bibliotecário-educador.

É fundamental pontuar que nos “fazeres bibliotecários” incluem-se também os agentes educacionais que atuam nas equipes das Bibliotecas, responsáveis pelo suporte e assessoria aos bibliotecários gestores, uma vez que faz-se necessária uma *metanoia* (mudança essencial de pensamento) de todos os profissionais envolvidos com o espaço.

Caldin (2005) considera que neste mundo em constantes mudanças, globalizado, não cabem mais os procedimentos ditos tradicionais. O bibliotecário tem

que deixar seu papel passivo, de mero processador técnico de livros e desempenhar um papel ativo: agente de mudanças sociais. Tem que assumir a postura e o lugar de educador, já que uma das funções da Biblioteca escolar é ensinar seu usuário a pensar, refletir e questionar os saberes registrados, sua pertinência, validade e aplicabilidade das ideias contidas nos livros.

A Biblioteca constitui um espaço não formal de educação na medida em que proporciona acesso ao conhecimento, dá suporte ao processo ensino-aprendizagem e constitui espaço de realização de diversas atividades que visam o desenvolvimento integral dos usuários fora dos limites da sala de aula. A natureza diferenciada do ambiente pode possibilitar vivências em um espaço externo e despertar nos estudantes entusiasmo e estímulos em sua vida pessoal, social e acadêmica através de experiências criativas, dinâmicas e interativas.

Campello (2012, p. 12) concorda com a perspectiva de que “a Biblioteca funciona com um laboratório que propicia conexão de ideias e construção de conhecimento”, local onde os estudantes são apoiados por mediadores competentes e se familiarizam com o aparato informacional, preparando-se para se tornarem aprendizes autônomos, que sabem aprender com independência e o fazem com prazer.

A autora destaca a função educativa da Biblioteca escolar, na formação de leitores e no desenvolvimento das competências informacionais, ampliando seu papel do paradigma da leitura para o paradigma da aprendizagem (Campello, 2012). A autora sustenta que a Biblioteca deixou de ser somente um espaço de promoção da leitura e da cultura, estabelecendo apoio e recursos pertinentes às práticas pedagógicas e à aprendizagem, uma vez que “ensino e Biblioteca não se excluem, completam-se, e a escola sem Biblioteca constitui um instrumento imperfeito” (Campello, 2003, p. 1).

Como mediadora do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem, a Biblioteca tem diante de si o enorme desafio de aproveitar todo o seu potencial como espaço de construção do saber com propostas e políticas inovadoras e contextualizadas que tragam novas formas ao ato de educar.

2.2.2 A Biblioteca e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A Biblioteca possui um papel ativo na educação *omnilateral*, aquela voltada

para todos os lados e amplos sentidos, e constitui o local onde o conhecimento pode se aliar à ação. Segundo Mészáros (2008, p. 65):

A educação, como possibilidade de transformação social, relaciona-se não somente com espaços formais (salas de aula), mas principalmente com outros espaços de educação, nos quais os sujeitos recebem influências e um olhar crítico e questionador mais estimulante.

As informações disponíveis nos acervos físicos ou digitais, atividades culturais, eventos literários e de lazer, palestras, rodas de conversa e diversos outros tipos de iniciativas são de grande valia para o indivíduo que busca se educar, acessar e disseminar informações.

De outro lado, as equipes que atuam nesses espaços também devem ter a compreensão de que devem ser agentes ativos da mudança necessária no ensino. Seu papel supera o de prestar atendimento às demandas que lhe são apresentadas pelos usuários, cabendo-lhe ir muito além, agindo proativamente em busca de inovação, novos mecanismos que sirvam para despertar um ser humano crítico, emancipado, autônomo e consciente da realidade de seu contexto e participantes da sociedade, não apenas mera peça de uma engrenagem do sistema capitalista.

O conhecimento adquirido por múltiplos meios disponibilizados pela Biblioteca contribui com a cultura, a cidadania e a sociedade, transformando e ressignificando, a partir do indivíduo, o meio em que ele vive.

Segundo Gramsci (1976 *apud* Monasta, 2010 p. 67), “mesmo através da cultura profissional é possível fazer que da criança surja o homem, na medida em que se trate de cultura educativa e não somente informativa, ou não só prática manual”. Em outras palavras, o desenvolvimento do sujeito parte de uma educação plena, integral, a partir de ambientes que promovam seu crescimento intelectual e social, como é o caso da Biblioteca.

Essa modalidade de ensino, a Educação Profissional e Tecnológica, busca superar a dualidade educacional repensando a *práxis* social e a suplantação da mercantilização da educação através de uma mudança estrutural da sociedade. Com o impacto da tecnologia na disseminação de conhecimentos e informações, a Biblioteca torna-se, mais do que nunca, um lugar estratégico e seus operadores estão em posição destacada para lidar com as ressignificações.

Como lugar plural, a Biblioteca deve permitir o acesso local ao conhecimento indistintamente a todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade,

língua ou condição social (International Federation of Library Associations and Institutions, 1994). Qualquer sujeito, de qualquer origem e contexto, está apto a ter acesso ao conhecimento para transformação social da comunidade. A Biblioteca atua como agente que promove cidadania.

Almejamos contribuir com os bibliotecários e equipes relacionados ao ensino profissionalizante e tecnológico com a reflexão crítica de sua *práxis* a fim de contribuírem efetivamente com o mundo do trabalho alicerçado na educação emancipatória e crítica. Segundo Freire (2019), a educação emancipatória é voltada para a libertação dos sujeitos, baseada no diálogo, na consciência crítica e na transformação da realidade, superando a mera transmissão de conteúdos e visando à autonomia dos educandos. Nesse contexto, a partir das dimensões política, intelectual e cultural, propomos lançar luz sobre o papel estratégico das Bibliotecas e de seus trabalhadores como agentes mediadores de práticas educativas mais integradas e socialmente comprometidas com os princípios norteadores que buscam organizar a Educação Profissional e Tecnológica.

Ao abordar a dimensão política, buscamos compreender como se constituem, no interior da instituição, as relações entre os diferentes setores, os atravessamentos de poder e os sentidos atribuídos à função educativa das Bibliotecas. Interessa-nos refletir sobre como essas relações condicionam (ou potencializam) a inserção do setor de Bibliotecas nas práticas pedagógicas, mesmo que de forma indireta.

No campo da intelectualidade, tanto podemos compreender os trabalhadores das Bibliotecas como agentes potentes na organização da cultura escolar, assim como suas contribuições na formação dos trabalhadores estudantes, que desse modo assumem que sua atuação vai além da gestão técnica do acervo. Eles organizam e difundem visões de mundo, operam escolhas que refletem posições ideológicas e, sobretudo, podem contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos. Assim, problematizamos o conceito de intelectualidade restrito aos espaços acadêmicos, ampliando-o para incluir os saberes práticos e a ação cultural dos profissionais da Biblioteca como parte do processo educativo.

Por fim, ao tratar da dimensão cultural, assumimos a cultura como a organização social das ideias, para Gramsci (1968) o que precisamos nesse contexto é deixar de conceber os sujeitos como algo vazio que precisa ser preenchido. Assim, inserimos as Bibliotecas como um espaço ancorado em um processo coletivo por meio do qual os sujeitos constroem significados e atribuem sentidos ao mundo que habitam.

Nesse contexto, a Biblioteca se apresenta como um território simbólico fundamental, onde diferentes experiências, narrativas e memórias podem dialogar e se confrontar.

2.2.3 A Biblioteca e o PROEJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo da educação que enfrenta, historicamente, no Brasil, avanços e retrocessos em um cenário de diversidade, disputa, luta e resistência. Apesar da inegável evolução ao longo do tempo, inclusive em termos de legislação, como observamos no quadro abaixo, sua aplicação prática ainda enfrenta uma série de dificuldades, como preconceito, visão assistencialista, falta de investimentos e de formação específica para educadores da modalidade.

Quadro 2 - História do EJA

Educação de Jovens e Adultos - EJA Brasil	
1549- Colonização portuguesa - marco inicial.	Chegada de catequizadores jesuítas (Ação educativa missionária em grande parte com adultos indígenas e, posteriormente, com escravos negros. Transmissão do Evangelho, normas de comportamento e ofícios.
1824- Período Imperial	A Constituição de 1824 (primeira constituição brasileira) apresentava a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, mas não passou da intenção legal.
1891- Primeira República	A responsabilidade da educação básica passa a ser das províncias e municípios e a União assume o ensino secundário e superior. A falta de recursos financeiros nas províncias fez com que o analfabetismo se mantivesse com índices exorbitantes. Formação das elites e comprometimento das classes populares. Adultos analfabetos não tinham direito ao voto (discriminação oficializada pela lei). Educação de Jovens e Adultos vista como caridade.
Revolução de 1930 (“Era Vargas”) - Constituição de 1934	Demarca o direito à educação para todos como dever do Estado. Plano Nacional de Educação (PNE) e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)- 1938, Fundo Nacional do Ensino Primário e articulação de um programa supletivo para jovens e adultos (1945)
	Pouco mais da metade da população brasileira acima de 18 anos era analfabeta. Nas regiões Norte e Nordeste chegava a 72%. Nesse período, até os anos de 1950, O Governo Federal lança a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), basicamente assistencialista e

1940	compensatória. Surgem movimentos de resistência ao processo de elitização da educação: Movimento de Educação de Base (MEB), De pé no chão também se aprende a ler (Natal), União Nacional dos Estudantes (Rio Grande do Norte) e Movimento Centro Popular de Cultura (CPC) e Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), coordenado por Paulo Freire, que fez história não só pela preocupação com a educação política, cidadã e cultural, mas pelo seu método de pensá-la valorizando a cultura e o contexto dos sujeitos.
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece o direito à educação para qualquer cidadão (artigo 26).
1950	Começam as discussões sobre a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961 e vigente até 1971: campo de referência e resignificação para a educação da nação.
1964- Golpe militar	O Estado autoritário foi responsável pela redução e quase extinção dos movimentos de Educação Popular, tendo alguns se mantido de forma clandestina e dispersa.
1967	Promulgada a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro tratando sobre a alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos que deu origem ao MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Em 1970 se torna fundação e se converte no maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizado no país, com penetração em praticamente todos os municípios. Extinto em 1985.
1987	Início das discussões da constituinte.
1988	Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. No capítulo III, Seção I, artigo 208, o Estado afirma que a educação é um direito de todos, "inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria" (BRASIL, 1988)
1990	O Governo Collor implementa, sem muito sucesso, o Programa de Alfabetização e Cidadania (PNAC) e em 1992 sofre <i>impeachment</i> .
1994-1998	O presidente Fernando Henrique Cardoso implementa uma reforma político-institucional da educação pública. Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a EJA é referida em singela seção sem muitas inovações.
2005	Lançamento do ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) pelo Governo Federal, direcionando a formação às exigências do mercado de trabalho com olhar compensatório para jovens com baixa escolaridade.
Século XXI	O sistema educacional no mundo sofre influência direta do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) através da reprodução da lógica capitalista, deixando de lado os valores e ideais humanísticos e direcionando a educação para o sistema mercantil (espaço de negócios com os senhores do capitalismo) ampliando cada vez mais

	os índices de desigualdades sociais.
--	--------------------------------------

Fonte: A autora (2026) adaptado de Strelhow (2012).

Apesar da importância da modalidade para a formação básica das camadas populares, passou-se muito tempo articulando legislações sem efetivo e/ou integral cumprimento, sempre favorecendo as elites em detrimento das classes populares. Além da oferta da EJA, há que se pensar políticas de permanência e suporte para que o sujeito tenha condições de concluir sua formação integral. Segundo Ferreira e Pereira (2018) quando se fala em educação, fala-se também na conquista da liberdade, no exercício da cidadania, em pessoas mais felizes e que possuam condições de apropriação da cultura, da política, do lazer, de seus direitos e deveres, elementos fundamentais para a formação do sujeito.

A expectativa em torno da teoria do capital humano que acreditava em uma igualdade social, no desenvolvimento dos países do terceiro mundo e na garantia de melhores empregos não se efetivou, ao contrário, o que se observa é a precarização do trabalho e do emprego, e uma educação entrelaçada ao sistema capitalista, que determina o funcionamento do mercado de trabalho. A atividade produtora tenta reduzir a força de trabalho (classe trabalhadora) em mercadoria com o fim de gerar mais lucro ou mais valor aos capitalistas. Para contrapor esse meio de organização do trabalho e do capital, a educação figura como elemento importantíssimo para a ruptura entre capital e trabalho, bem como entre a fragmentação do trabalho e o distanciamento entre o saber prático e o conhecimento científico. Ela é capaz de contribuir com a transformação do sujeito em ser social, que se reconhece na sociedade e na classe a que pertence, em condições de se inserir nas diversas formas de sociabilidade e jogos de forças sociais.

Assim, o que observamos é que a classe trabalhadora luta arduamente para manter-se empregada e essa fragilidade faz com que se sujeite às leis do mercado, à precarização e supressão de direitos e à informalidade. Nesse contexto, a educação constitui um espaço de disputa hegemônica intrinsecamente ligada ao trabalho, ao capitalismo e à sociedade civil. É preciso pensá-la de forma articulada, humanizada e emancipadora: falar sobre EJA é dialogar com a educação de classe, promovendo a elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito à educação na fase da vida considerada adequada. De acordo com Ciavatta e Rummert (2010, p. 466), “a formação humana exige da escola profundas reformulações para abrigar e

potencializar a riqueza e diversidade que para ela convergem quando recebe alunos da classe trabalhadora”.

Nesse sentido, quando falamos na relação educação e trabalho na modalidade da EJA direcionamos para uma formação integrada, utilizando-se o trabalho como princípio educativo e buscando superar a dicotomia trabalho manual e intelectual na formação de jovens e adultos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, e não apenas como governados. É preciso unir forças para construir uma política educacional humanizadora, contra-hegemônica (Gramsci, 2007), eficaz e transformadora da EJA que seja capaz de superar a histórica e profunda desigualdade social presente ao longo de toda a história do Brasil.

Trata-se de uma modalidade de ensino complexa que objetiva incluir jovens e adultos de classes populares no sistema público de educação básica unida à educação profissional visando à formação integral do cidadão de forma social e igualitária (Brasil, 2007). Nesse contexto, precisamos pensar criticamente o papel dos espaços nesse cenário e as possibilidades de atuação de seus profissionais.

São variados os principais motivos que levam esses estudantes ao retorno aos bancos escolares: exigências econômicas e tecnológicas, competitividade no mercado de trabalho, satisfação pessoal, sensação de capacidade e dignidade, incremento na autoestima e desejo de transpor barreiras de exclusão. A formação proposta nessa modalidade supera a perspectiva da qualificação para o mercado de trabalho: é uma preparação para a vida, consolidada pela formação integral (científica, humanística e tecnológica), possibilitando o desenvolvimento efetivo dos fundamentos para a participação política, social, cultural, econômica e no mundo do trabalho e proporcionando aos alunos uma ampliação de visão frente à realidade social e econômica, orientada pelo trabalho como princípio educativo, a pesquisa como fundamento e a consideração das questões sociais geracionais, de gênero e étnico-raciais.

A situação atual demonstra que o Brasil ainda não conseguiu garantir, na prática, a educação a todas as pessoas, direito garantido na Constituição. Historicamente, a educação brasileira foi sempre relegada à subalternidade em relação a temas como crescimento econômico e interesses das classes dominantes. Até os dias de hoje mantém-se a realidade de escolas sucateadas, superlotadas, baixa remuneração do corpo docente e poucos investimentos.

O cenário da educação brasileira vem sendo marcado pela exclusão, já que o

conhecimento formal foi monopolizado pelas classes dominantes (desde a política pombalina, as aulas régias eram dirigidas especificamente aos filhos de colonizadores, portugueses brancos e masculinos), ficando de fora populações negras e indígenas. A educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso (assistencialista), uma “iluminação de mentes obscuras” de pessoas consideradas perigosas e/ou degeneradas.

De fato, houve um avanço após o surgimento da pedagogia de Paulo Freire, que apontou que o desenvolvimento educativo deveria acontecer contextualizado às necessidades das pessoas, “com” elas e não “para elas”. Foram desenvolvidos diversos programas e movimentos baseados na pedagogia freiriana, passando a tratar o analfabetismo, por exemplo, não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e desigual. Tais movimentos procuravam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, considerando assim, a pessoa não alfabetizada como produtora de conhecimento.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Freire elenca elementos fundamentais da prática educativa, a saber: ensinar exige rigorosidade metódica; pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e assunção da identidade cultural. Exige consciência do inacabamento; reconhecimento de ser condicionado; respeito à autonomia do ser do educando; bom senso; humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores; apreensão da realidade; alegria e esperança; convicção de que a mudança é possível; curiosidade. Exige segurança, competência profissional e generosidade; comprometimento; compreender que a educação é uma forma de intervir no mundo; exige liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; é sobre escutar; reconhecer que a educação é ideológica; exige disponibilidade para o diálogo e querer bem aos educandos.

Aplicando esses princípios norteadores ao contexto da formação de jovens e adultos da educação básica, profissional e tecnológica, pode-se concluir que: ensinar exige respeito aos saberes dos educandos: o professor, o educador, e mais amplamente, a escola, devem respeitar os saberes com que os educandos chegam a ela, sobretudo os das classes populares. Saberes construídos na prática comunitária devem ser discutidos e relacionados com o ensino dos conteúdos. Parte-se do que os educandos conhecem até chegar-se ao conhecimento científico, por exemplo:

aproveita-se a experiência de viverem em áreas descuidadas pelo poder público para discutir a poluição dos riachos. É a discussão da realidade concreta associada à disciplina cujo conteúdo se ensina, uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais e a experiência social dos indivíduos; Ensinar exige o reconhecimento à autonomia do ser do educando: verdadeira dialogicidade. Os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a ela. Seres inacabados assumem-se como tais e tornam-se radicalmente éticos; Ensinar exige alegria e esperança: há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança.

A esperança de que educador e estudante juntos podem aprender, ensinar, inquietar-se, produzir e juntos resistirem aos obstáculos à alegria; Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível: é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade, da história como possibilidade e não como determinação. O seu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. No mundo da história, da cultura, da política, constato não apenas para me adaptar, mas para mudar. Ensinar exige querer bem aos educandos: a afetividade não deve assustar o educador, que não tem medo de expressá-la. Significa que, ao querer bem, sela autenticamente o compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Não importa a faixa etária com que trabalhe o educador, é um trabalho realizado com gente, e gente em permanente processo de busca, formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas porque gente, capaz de negar os valores, distorcer-se, recuar e transgredir. Seres “programados”, mas para aprender e, portanto, para ensinar, conhecer, intervir e que tornam a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa regatar junto aos alunos suas histórias de vida, considerando seu saber cotidiano, das ruas, do senso comum, pouco valorizado no mundo letrado e escolar. Deve-se partir dos conhecimentos que já possuem para um saber mais elaborado, científico. O que alcançamos, até o momento, foi resultado das lutas em prol da garantia do direito à educação e à igualdade de oportunidades, o que indica a imperiosa necessidade de mobilização da sociedade brasileira no sentido de avançar em relação à educação que queremos para o nosso país.

Em relação ao atual PNE (Brasil, 2014), ficam evidenciados os aspectos

contraditórios (ou mesmo silentes) do texto legal, que ora atua nas frentes da focalização etária, ora vincula educação e interesses na preparação de mão-de-obra, sem o devido cuidado com o direito a uma formação humana integral. Inclusive, a lacuna da lei ao não mencionar as Bibliotecas escolares como apoio pedagógico fundamental à formação na EJA, sua função social e potencialidades no enriquecimento intelectual do aluno jovem e adulto, despertou o interesse nesse objeto de estudo.

O público da EJA compartilha em larga medida uma condição social de pobreza e pertencimento a grupos marginalizados historicamente no Brasil e enfrenta o desafio da formação de profissionais especificamente capacitados, desenvolvimento de metodologias e recursos e, principalmente, fazer-se atraente para que essa população se sinta mobilizada a continuar seus estudos. Nesse sentido, tomar a EJA como direito é, ao mesmo tempo, tomá-la como dever das redes municipal, estadual e federal, que precisam assumir este público como prioritário nas suas ofertas de escolarização, rechaçando-se a antiga visão compensatória e aligeirada e substituindo pela perspectiva da formação de sujeitos emancipados.

Martins Filho (2016, p. 3) afirma que:

A Biblioteca torna-se um suporte imprescindível no atendimento às necessidades dos alunos, professores e demais membros da comunidade educacional exercendo sua função educativa e desenvolvendo suas potencialidades, mostrando-se capaz de promover ações significativas no processo de apropriação do conhecimento pelos educandos e proporcionando a cidadania, respeito à diversidade e contribuindo efetivamente para a redução da desigualdade social.

Nesse contexto, o autor ainda traz uma reflexão sobre a contribuição da Biblioteca no desenvolvimento de competências informacionais dos alunos do PROEJA, considerando-a produtora de práticas educativas que cooperam com o desenvolvimento dos sujeitos tanto na produção de seus saberes profissionais como na produção de conhecimentos. Esses sujeitos, nas palavras de Freire (1996, p. 46), seriam capacitados a “assumirem-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva, porque é capaz de amar”.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é uma importante iniciativa do Governo Federal, que busca oportunizar e promover a inclusão social por meio da educação técnica para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de

concluir o Ensino Básico na idade apropriada. Instituído pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, e atualizado por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (Brasil, 2006) apresenta-se com o objetivo de promover a cidadania e o acesso à educação às pessoas que, por algum motivo, não usufruíram do ensino regular na idade apropriada, o que é um direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 2006). Com o PROEJA, esses alunos tem a chance de retomar seus estudos e, mais do que se inserir no mundo do trabalho pela qualificação, aparelhar-se a fim de se tornarem indivíduos pensantes, criadores, transformadores, com consciência crítica e conhecedores do processo de dominação reproduzido no discurso hegemônico socialmente imposto.

Como setor pedagógico da escola e agente social de mudança em potencial, a Biblioteca não pode ficar à margem da discussão deixar de participar colaborando para o êxito desse processo de emancipação.

As práticas educativas ultrapassam a sala de aula e a relação professor-aluno, os demais profissionais que atuam na educação, como é o caso das equipes das Bibliotecas, devem diuturnamente dedicar-se à dinâmica do aprendizado e inovação das práticas que possam contribuir para a formação integral, ou *omnilateral*, dos estudantes.

2.3 AS DIMENSÕES ANALÍTICAS DO PAPEL DA BIBLIOTECA NA EPT

2.3.1 Dimensão Política

A dimensão histórico-cultural dos sujeitos nos permite sustentar que ao mesmo tempo que construímos entendimentos, somos construídos por eles, desse modo as instituições de Educação Profissional se inserem em um universo de disputas que tentam construir entendimentos, formas de pensar e agir (Alves *et al.*, 2022). A dimensão política de atuação das bibliotecas se expressa na sua capacidade de intervir nos processos formativos e institucionais, participando das disputas por sentidos sobre o que significa formar sujeitos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Entender a Biblioteca como espaço político é reconhecer que ela não se limita à guarda de livros ou à mediação técnica da informação, mas que também se constitui como lugar de encontro, diálogo e construção coletiva de saberes. Nesse

sentido, o trabalho desenvolvido nesses espaços envolve escolhas, posicionamentos e intencionalidades que refletem projetos de sociedade e de educação.

Assumir esse papel é deixar de se colocar como espaço passivo e colocar-se ativamente nas disputas que organizam as instituições e disputam os entendimentos que acompanham o processo formativo dos sujeitos. Para nós, é nessa prática cotidiana, muitas vezes silenciosa, que a Biblioteca reafirma seu papel como espaço de resistência, de formação crítica e de ampliação das possibilidades de leitura e de mundo dos sujeitos que a frequentam.

A dimensão política compreende as relações de poder, disputas de sentidos, posições e a capacidade de decisão de sujeitos e instituições. Relaciona-se ao contexto em que se define quem tem voz, quais interesses serão priorizados e o próprio modelo de sociedade que se quer (des)construir. Toda ação humana ou institucional tem uma dimensão política posto que envolve interesses, ideologias, valores e disputas, diz respeito às relações de poder que orientam as decisões, ações e estruturas sociais, expressando tensões e acordos entre grupos com diferentes interesses. Para Gramsci (2000), a noção de política trata da luta pela hegemonia, da disputa por ideias e valores que orientam a sociedade. Assim, toda prática social tem um caráter político, não havendo neutralidade: ela reproduz ou contesta a estrutura de poder vigente. Butler, Laclau e Žižek (2000) nos ajudam ao afirmar que os discursos hegemônicos buscam construir falsa representatividade e a primeira coisa que tentam falsamente construir é a aparência de igualdade de poder nas relações, desse modo nossa delimitação teórica para dimensão política se constrói a partir da assunção crítica das assimetrias nas relações, para que a partir daí, possamos trabalhar na desconstrução desses discursos. Esta primeira dimensão é entendida como o campo das relações sociais, dos conflitos e das decisões que definem os rumos da vida e, portanto, também do contexto educativo e escolar. Freire (1987), em sua *Pedagogia do Oprimido*, afirma que todo ato educativo é político, posto que envolve escolhas que reproduzem ou transformam a realidade social possibilitando que os sujeitos verdadeiramente alfabetizados, mais do que a capacidade de leitura, assumam ação crítica e consciente nas disputas do dia a dia.

Nessa perspectiva, o setor de Bibliotecas não pode ser pensado de forma isolada, mas como parte ativa das lutas em torno do currículo, da gestão democrática e da construção coletiva do projeto institucional. Ao investigar essa dimensão, parte-se da hipótese de que o fortalecimento das Bibliotecas como espaços de diálogo,

colaboração e articulação com diferentes setores da escola pode ampliar sua relevância e impacto na formação dos sujeitos, ainda que de modo indireto, e tornar-se cada vez mais ativo nas questões referentes à organização do espaço escolar.

2.3.2 Dimensão intelectual

Para nós, a dimensão intelectual de atuação das Bibliotecas se relaciona à sua capacidade em fomentar o pensamento crítico e a consciência de que todo sujeito pode participar ativamente das disputas por sentidos e significados no mundo. Nesse contexto, a Biblioteca deixa de ser apenas um espaço de acesso ao conhecimento acumulado e passa a se afirmar como lugar de produção e compartilhamento de saberes que fortalecem a autonomia intelectual da classe trabalhadora. O exercício intelectual aqui não se confunde com erudição, mas com a capacidade de compreender a realidade, posicionar-se diante dela e intervir de forma transformadora (Gramsci, 2000). Assim, a Biblioteca se torna um espaço que contribui para a formação de sujeitos que reconhecem sua própria voz e se percebem como protagonistas na construção de novos projetos de sociedade.

Essa postura está ancorada na concepção de Antonio Gramsci (2000) sobre os intelectuais como sujeitos que organizam, produzem e difundem visões de mundo. A escola, portanto, como espaço de formação de intelectualidade e, mais especificamente, a Biblioteca, está diante do desafio de criar condições para colaborar nessa formação de sujeitos críticos capazes de promover a superação dos processos ideológicos opressores e impeditivos da emancipação dos sujeitos. A educação das massas, a elevação de sua cultura, a consciência crítica e de classe constituem juntamente o ato político preliminar à caracterização do sujeito como agente transformador de sua história e da sociedade. O intelectual orgânico atua internamente ao sistema, buscando destituir ideologias em nome de uma nova concepção cultural. Para tanto, a Biblioteca constitui um potente instrumento capaz de aparelhar seus usuários na medida em que funciona como disseminadora de conhecimento e colabora na formação humanista e integral, capaz de desenvolver nos sujeitos o exercício de questionar sua própria condição, passando a agir de forma consciente, exercendo sua cidadania como parte integrante do processo de produção de conhecimento.

Aplicando esse referencial ao cotidiano dos trabalhadores das Bibliotecas,

reconhece-se que esses profissionais, muitas vezes invisibilizados no planejamento pedagógico, exercem uma função formativa que extrapola o aspecto técnico. As reflexões Gramsci sobre intelectualidade corroboram a valorização desses trabalhadores enquanto pensadores, críticos e intelectuais. Apesar de tomar como parâmetro a Itália do início do século XX, a obra de Gramsci permanece muito atual e pode ser aplicada à realidade brasileira do século XXI e ajuda a esclarecer sua visão da política, da cultura e da luta de classes. Ele considerava os intelectuais atores centrais na construção da hegemonia e na transformação social, e suas ideias continuam a ser uma referência importante neste debate.

Freire (1996) argumenta que a reflexão crítica sobre a prática é a única forma concreta de estabelecer uma relação efetiva entre Teoria/Prática. Para o autor, sem essa exigência, a *“teoria pode ir virando blablá e a prática, ativismo”* (pág. 22). Sustentamos que os profissionais que atuam nos espaços de Bibliotecas precisam construir indagações sobre o mundo, sobre o conhecimento e sobre o próprio homem, contribuindo com a percepção do indivíduo como ser social e histórico. Entendemos e defendemos que as reflexões que acompanham o processo formativo desses trabalhadores precisam ser acompanhadas de uma reconstrução do próprio entendimento profissional do setor e de seus trabalhadores, assumindo esse processo como contínuo e dinâmico que implica a criação de sentido e (re)interpretação dos próprios valores e experiências.

2.3.3 Dimensão cultural

Entendemos o espaço escolar como lugar de manifestação da cultura historicamente produzida, contudo precisamos deixar de conceber a cultura como um saber enciclopédico, em que o ser humano é percebido como um espaço que precisa ser preenchido (Gramsci, 2001). Deste modo, a educação profissional passa a ter no mundo do trabalho um aspecto essencial da construção de indivíduos emancipados e capazes de transformarem e serem transformados (Frigotto, 2001a).

A dimensão cultural considera que a Biblioteca é também um espaço simbólico, de construção e reconstrução de significados. A cultura, compreendida aqui como processo social de produção de sentidos, é central na experiência dos sujeitos. Segundo Chauí (2000), cultura é o modo pelo qual os humanos se humanizam através de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e

artística. A sustentação que estamos construindo perpassa por assumir que, ao atuar como mediadores culturais, por meio da valorização de saberes populares, memórias coletivas e vivências diversas, os profissionais da Biblioteca podem colaborar para a criação de vínculos afetivos e epistemológicos entre os sujeitos e o conhecimento escolar, contribuindo para uma formação mais ampla, crítica e comprometida com a transformação social.

Segundo o Dicionário Gramsciano (Liguori; Voza, 2017), Biblioteca é, aos olhos de Gramsci, um dos lugares fundamentais de formação e difusão da cultura. No exame do “material ideológico” que conflui para formar uma determinada hegemonia, o autor inclui a Biblioteca como parte da estrutura, ao lado da imprensa, que considera a parte mais dinâmica, das escolas, clubes de variados tipos, arquitetura, disposição e nome de ruas, teatros e tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente. Todos estes estão a serviço da estrutura ideológica de uma classe dominante uma vez que estão organizados para manter, defender e desenvolver sua frente teórica.

Silva e Silva (2006) nos ajudam ao evidenciarem que de acordo com a Antropologia, cultura é um conceito que abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ela inclui artefatos, ideais, crenças, conhecimentos e habilidades humanas empregadas socialmente, bem como comportamentos aprendidos que são independentes de questões biológicas. A cultura é dinâmica, sempre em transformação e interação com outras culturas, e é fundamental para a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. Desse modo, a cultura assume caráter dinâmico e provisório que engloba as criações humanas, as práticas sociais e as formas de organização que diferenciam a humanidade da natureza e que são passadas adiante através do tempo.

Nesse contexto, pensar a organização das escolas a partir dos espaços de Bibliotecas é ressignificar os entendimentos sobre estes espaços e como seus trabalhadores se organizam e disputam os entendimentos que acompanham as instituições de Educação Profissional. Juntamente com os seminários, oficinas experimentais e laboratórios, Gramsci (2004) sublinha como a Biblioteca constitui o corpo central da atividade formativa, na qual se recolhem os elementos fundamentais para a Educação Profissional.

Com base nessa concepção, a *práxis* bibliotecária, ao promover a aproximação, acolhimento, integração, valorização e conscientização do trabalhador,

pode se tornar propulsora de inúmeras novas possibilidades, ampliação da visão de mundo e descoberta de potencialidades que darão início à transformação pessoal e do contexto social em que os sujeitos estão inseridos.

2.3.4 As dimensões analíticas por uma EPT emancipatória

Partindo dos referenciais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), buscamos compreender o que significa ser um sujeito emancipado e qual é o papel do trabalho das Bibliotecas nesse processo. Entendemos que a EPT pode provocar questionamentos sobre o mundo, o conhecimento e a própria condição humana, ao favorecer a percepção do indivíduo como um ser social e histórico que constrói sua humanidade por meio do trabalho (Ciavatta, 2012). No entanto, para que essa perspectiva se concretize, é fundamental criar condições que enfrentem e desestabilizem os discursos hegemônicos ainda presentes em parte das escolas de formação profissional, que tendem a restringir a formação à dimensão técnica e instrumental, esvaziando seu potencial emancipador.

A lógica hegemônica age, por meio dos discursos, tentando manter certos modos de ver e entender o mundo. Gramsci chama esse processo de senso comum, um tipo de visão que, muitas vezes, aceitamos sem perceber, porque ela já está naturalizada em nossa forma de pensar e agir. Essa dinâmica acaba moldando o jeito como olhamos para a cultura e nos relacionamos com ela. Por isso, o papel da educação é justamente o de provocar rupturas, criar experiências que ajudem as pessoas a enxergar além do que está dado, caminhando em direção ao que o autor denomina por consciência filosófica, um modo de pensar mais crítico, autônomo e transformador. Quando a educação estimula esse olhar questionador, ela contribui para a emancipação: o momento em que o sujeito percebe que o mundo não “é”, mas “está”, e que pode ser transformado pela ação humana.

Nesse sentido, educar para a emancipação é ajudar cada pessoa a se reconhecer como parte viva da história, da cultura e da política, alguém capaz de intervir e reinventar a realidade em que vive. A escola, ao mesmo tempo que permite aos jovens a apropriação da cultura vigente deve permitir que esses mesmos sujeitos percebam sua capacidade transformadora e o papel da capacidade de fazer das pessoas. Desse modo, a luta contra todas as sedimentações tradicionais de

concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais adequada a uma educação atenta às questões de seu tempo é uma obrigação da escola básica. A escola profissional precisa ampliar sua ação nesse lugar de formação da classe trabalhadora, que precisa ser apresentada à reflexões capazes de retirá-las do senso comum, não existindo atividade de que se possa retirar a dimensão intelectual, mas precisamos de experiências formativas que desafiem o trabalhador a ir além dos entendimentos assentados nessas interpretações que assolam a EPT e tentam retirar dela sua capacidade reflexiva, transformadora e emancipatória (Frigotto, 2001b; Gramsci, 1980; Nosella, 2016).

Essa modalidade de ensino, a Educação Profissional e Tecnológica, busca superar a dualidade educacional repensando a *práxis* social e a suplantação da mercantilização da educação através de uma mudança estrutural da sociedade. Com o impacto da tecnologia na disseminação de conhecimentos e informações, a Biblioteca torna-se, mais do que nunca, um lugar estratégico e seus operadores estão em posição destacada para lidar com as ressignificações.

Como lugar plural, a Biblioteca deve permitir o acesso local ao conhecimento indistintamente a todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social (International Federation of Library Associations and Institutions, 1994). Qualquer sujeito, de qualquer origem e contexto, está apto a ter acesso ao conhecimento para transformação social da comunidade. A Biblioteca atua como agente que promove cidadania.

Almejamos contribuir com os bibliotecários e equipes relacionados ao ensino profissionalizante e tecnológico com a reflexão crítica de sua *práxis* a fim de contribuírem efetivamente com o mundo do trabalho alicerçado na educação emancipatória e crítica. Segundo Freire (2019), a educação emancipatória é voltada para a libertação dos sujeitos, baseada no diálogo, na consciência crítica e na transformação da realidade, superando a mera transmissão de conteúdos e visando à autonomia dos educandos. Nesse contexto, a partir das dimensões política, intelectual e cultural, propomos lançar luz sobre o papel estratégico das Bibliotecas e de seus trabalhadores como agentes mediadores de práticas educativas mais integradas e socialmente comprometidas com os princípios norteadores que buscam organizar a Educação Profissional e Tecnológica.

Ao abordar a dimensão política, buscamos compreender como se constituem, no interior da instituição, as relações entre os diferentes setores, os atravessamentos

de poder e os sentidos atribuídos à função educativa das Bibliotecas. Interessa-nos refletir sobre como essas relações condicionam (ou potencializam) a inserção do setor de Bibliotecas nas práticas pedagógicas institucionais, mesmo que de forma indireta.

No campo da intelectualidade, tanto podemos compreender os trabalhadores das Bibliotecas como agentes potentes na organização da cultura escolar, assim como suas contribuições na formação dos sujeitos, que desse modo assumem que sua atuação vai além da gestão técnica do acervo. Eles organizam e difundem visões de mundo, operam escolhas que refletem posições ideológicas e, sobretudo, podem contribuir para a formação crítica. Assim, problematizamos o conceito de intelectualidade restrito aos espaços acadêmicos, ampliando-o para incluir os saberes práticos e a ação cultural dos profissionais da Biblioteca como parte do processo educativo.

Por fim, ao tratar da dimensão cultural, inserimos as Bibliotecas como um espaço ancorado em um processo coletivo por meio do qual os sujeitos constroem significados e atribuem sentidos ao mundo que habitam. Nesse contexto, a Biblioteca se apresenta como um território simbólico fundamental, onde diferentes experiências, narrativas e memórias podem dialogar e se confrontar.

Assim, articulando as dimensões política, cultural e intelectual, a Biblioteca assume-se como espaço potencialmente formativo e emancipador, que não apenas fornece acesso a recursos informacionais físicos e digitais, mas também promove a cidadania, valoriza a diversidade cultural e fortalece o pensamento crítico. Defende-se que é notória a função social da Biblioteca enquanto espaço propício à promoção da leitura, disseminação da cultura, inclusão social e digital, bem como de despertar da consciência crítica dos sujeitos. A Biblioteca deve ser um espaço “vivo” e importante de discussão, interação, aprendizado, convivência, cidadania e lazer para todos aqueles que a utilizam. Através da atuação de suas equipes, formadas por trabalhadores preparados e conscientes desse papel ativo, socialmente relevante e potencialmente transformador, o setor pode exercer um protagonismo na construção de uma educação humanista, plena, integral, alinhada aos princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica.

Sustentamos que o papel das disputas na estrutura histórico-cultural, apontando o comportamento ativo dos sujeitos nas mudanças sociais. Assim, é preciso ampliar o potencial emancipatório da EPT através de um papel político, intelectual e cultural dos espaços de Bibliotecas, permitindo cada vez mais que o

proletário desenvolva seu posicionamento crítico. Esse esforço não pode ser concebido apenas como exercício teórico intelectual, precisa ser incorporado nas rotinas de produção, nas concepções que envolvem o trabalho e seu papel na construção dos entendimentos dos sujeitos que trabalham. Ao assumir essas três dimensões, a Biblioteca assume ativamente a complexidade das relações na formação dos sujeitos, considerando que o ser humano é um ser histórico e cultural, ao mesmo tempo que constrói, é construído pelos entendimentos que estão em disputa.

3 METODOLOGIA

O delineamento metodológico assume papel central nas investigações em Educação, tendo em vista que é por meio dele que estabelecemos e tornamos evidentes os itinerários seguidos na construção da resposta ao problema de pesquisa estabelecido. Segundo aponta Gil (2021), toda tentativa de classificação de uma pesquisa é feita com base em algum critério, razão pela qual busca-se evidenciar os critérios utilizados na condução do percurso metodológico proposto. A complexidade dos contextos que envolvem as pesquisas em educação acompanha a própria complexidade humana. Desse modo, a metodologia precisa ser capaz de orientar o pesquisador e as ações escolhidas a fim de melhor delinear o objeto. Almeja-se, no decorrer da investigação, evidenciar as contradições e sutilidades que acompanham o debate sobre a Educação Profissional Tecnológica e a emancipação dos sujeitos no contexto das Bibliotecas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória-descritiva e bibliográfica. Segundo Gil (2021, p. 40), considerando a natureza dos dados, “as pesquisas podem ser qualitativas, quantitativas ou mistas (quali-quantitativas)”. Nas pesquisas qualitativas, como é o presente caso, os resultados são apresentados mediante descrições verbais com adoção de enfoque interpretativista, bastante utilizado na área das ciências humanas, enquanto as quantitativas exigem precisão, medição e a validação de hipóteses por meio de dados concretos. O autor aponta que o mundo e a sociedade devem ser interpretados segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, assim o objeto de pesquisa é entendido como sendo construído socialmente. A pesquisa qualitativa passou a ser reconhecida, dessa forma, como importante para o estudo da experiência e dos longos e complexos processos de interação social.

Portanto, configura-se como nossa escolha por compreendermos que desse modo conseguimos aprofundar as questões que acompanham nossa reflexão sobre as potencialidades das Bibliotecas na organização das instituições escolares.

A pesquisa busca investigar como a Biblioteca do Colégio Pedro II pode desempenhar sua função social, contribuindo para a formação emancipatória dos

sujeitos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, desse modo assumimos o que Gil (2021) sustenta como pesquisa aplicada. Para o autor, a pesquisa é considerada aplicada quando abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem, ou seja, são voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação em uma situação específica. Soma-se a isso a elaboração de um produto educacional dedicado às questões teóricas e práticas evidenciadas pela investigação, desse modo, o presente estudo enquadra-se nessa categoria de pesquisa aplicada.

Outro aspecto metodológico importante é a opção pelo delineamento bibliográfico. Segundo Gil (2021), quanto aos objetivos, esta pesquisa assume-se como exploratória e descritiva. A primeira por ter como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema através do levantamento bibliográfico de estudos sobre o tema, enquanto a segunda tem como objetivo descrever as características, opiniões, atitudes e crenças de determinada população ou fenômeno. Além dessas características, vale destacar que a escolha pela ampliação do caráter bibliográfico da proposta resulta do entendimento de que há necessidade de compreender como a área trata o tema e solidificar o debate sobre o papel das Bibliotecas para além de guardião do acervo.

Optamos por realizar uma pesquisa de caráter bibliográfico com o objetivo de analisar o cenário das produções acadêmicas, em especial dissertações e teses, que abordam o papel da Biblioteca no contexto educacional. Essa escolha se justifica pela necessidade de mapear criticamente os modos como o campo tem compreendido e representado as funções formativas das Bibliotecas, identificando lacunas, tendências e possibilidades de atuação que dialoguem com a realidade da Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, não se restringe ao levantamento de dados, mas constitui-se como um movimento reflexivo que visa subsidiar a elaboração de estratégias de fortalecimento do setor de Bibliotecas enquanto agente formador no interior da EPT.

Nesse sentido, para Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica se desenvolve:

A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas

científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, por meio de uma análise teórica, como a Biblioteca escolar, enquanto espaço educativo, pode contribuir para a formação integral ao investigar seu papel nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica, considerando suas potencialidades pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento crítico e autônomo dos sujeitos.

Gil (2021) sustenta que a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, como livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos por meio físico ou digital, ela pode fornecer fundamentação teórica à investigação, identificando o estágio atual do conhecimento sobre o tema e podendo referir-se ao pensamento de determinado autor ou analisar os diferentes posicionamentos sobre o assunto.

A investigação foi desenvolvida através da realização de pesquisa exploratória nas bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Observatório ProfEPT. O propósito foi identificar conteúdos científicos sobre como o tema vem sendo tratado pelos pesquisadores e solidificar o debate sobre as potencialidades das bibliotecas na formação integral de seus usuários através da atuação de suas equipes. Realizou-se um mapeamento sistemático nas referidas bases em um recorte temporal dos últimos dez anos (2016-2025) acerca dos trabalhos que tratam do objeto de estudo.

Moraes (2003) afirma que toda análise se concretiza a partir de um conjunto de dados denominado *corpus*, assim, dentro do processo de investigação precisamos delimitar o nosso para dar início ao processo de análise. No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi realizada busca em 09/09/2025 com as palavras-chave “Bibliotecas + Educação Profissional e Tecnológica” e foram recuperados 260 resultados. No Observatório ProfEPT, em 10/09/2025, foram recuperados 31 resultados a partir da palavra-chave “Biblioteca”. Todas as produções acadêmicas contidas nesta base de dados versam sobre Educação Profissional e Tecnológica, o que dispensou a utilização do descritor. Realizou-se a leitura flutuante dos resumos dos 291 trabalhos, sendo que dois constavam em ambas as bases, tendo sido selecionados 63 que guardam relação com a temática do papel da Biblioteca na EPT:

56 da primeira base (CAPES) e 7 da segunda (Observatório), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 3 — Materiais recuperados nas bases de dados consultadas

Base de dados	Descritores	Quantidade de materiais recuperados	Quantidade de materiais selecionados
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	“Bibliotecas + Educação Profissional”	260	56
Observatório ProfEPT	“Biblioteca”	31	07

Fonte: A autora (2026).

Concluída essa etapa, a investigação seguiu para a fase de exploração do material através da leitura exaustiva, a partir da qual realizou-se a organização e tratamento dos dados segundo a técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), a categorização temática dos principais temas emergentes no levantamento bibliográfico.

4 ANÁLISE DE DADOS

O *corpus* de análise se construiu nos sessenta e três (63) trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica a partir das palavras chave e procedimentos já mencionados anteriormente, contudo precisamos nos dedicar ao processo de transformar os dados brutos em unidades de análise (Moraes, 1999). Nossa busca é pela categorização temática, em que a categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles, sustenta o autor. Através desta técnica, foi possível identificar as principais concepções sobre o papel da Biblioteca na Educação Profissional e Tecnológica presentes nas produções analisadas. A pesquisa, por seu caráter bibliográfico, não envolveu coleta de dados com sujeitos.

Considerando a amostra dos 63 trabalhos selecionados por abordarem a temática do papel da Biblioteca na Educação Profissional e Tecnológica, foram aplicados os critérios de exaustividade (todos os trabalhos se encaixam em alguma categoria), exclusividade (cada trabalho pertence a apenas uma categoria), homogeneidade (coerência com o objetivo da pesquisa e os referenciais teóricos), pertinência (as categorias fazem sentido teórico e metodológico- todas relacionadas a objeto de pesquisa: papel da Biblioteca), objetividade e fidelidade (possibilidade de replicação gerando os mesmos resultados) e produtividade (categorias capazes de gerar inferência úteis para a compreensão do objeto de estudo, neste caso, o papel da Bibliotecas na EPT) baseados no conceito de que, segundo Bardin (2016), categorizar significa agrupar elementos por semelhança, formando classes temáticas que permitam organizar o conteúdo e facilitar interpretações.

Moraes (1999) nos ajuda ao afirmar que as categorias representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, almejando produzir uma redução dos dados de uma comunicação, possibilitando nossa investigação assumir-se como indutiva-constitutiva, o que significa tomar como ponto de partida os dados, construindo a partir deles as categorias e, a partir delas, nossas considerações. Nossa finalidade com isso não é generalizar ou testar hipóteses, mas possibilitar uma compreensão de como a Biblioteca do Colégio Pedro II pode desempenhar sua função social contribuindo para a formação emancipatória dos sujeitos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

O método indutivo, como foi dito, no qual as categorias surgem *a posteriori*, ou seja, emergem da análise do material com base na frequência, as unidades de análise nos permitiram construir as seguintes categorias: **Biblioteca como Espaço Educativo e Pedagógico** (32 trabalhos), **Biblioteca como Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura** (18 trabalhos) e **Biblioteca como Espaço de Inclusão Social** (13 trabalhos).

Contrariando a expectativa inicial de que a categoria “Espaço de Incentivo à Leitura” configuraria a principal, verificou-se que, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a Biblioteca figura em pouco mais da metade dos trabalhos científicos analisados como um espaço educativo e pedagógico, uma extensão da sala de aula que promove (ou deve promover) aprendizagem significativa, formação cultural e cidadã, atuando como espaço formativo no processo educativo. Refere-se à sua participação no currículo e na formação integral. Em seguida, na segunda categoria “Espaço de Incentivo à Leitura”, os trabalhos que destacam ações de mediação cultural e promoção da leitura. Em terceiro lugar, uma quantidade expressiva de trabalhos aborda a Biblioteca como espaço de inclusão social, um meio democrático e igualitário de acesso à informação, diversidade e cidadania.

Tendo ciência da necessidade de explorarmos melhor as categorias, assim como os debates pertinentes a cada uma delas, apresentamos as seções que seguem e acompanharam nossa análise dos dados construídos. Cabe ressaltar, como forma de orientar o leitor, que nossa análise é construída a partir das categorias apresentadas, os documentos norteadores da EPT e das dimensões política, intelectual e cultural já mencionadas ao longo de nosso texto.

4.1 A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO

Como exposto, mais da metade das produções analisadas destacaram o papel educativo e pedagógico das Bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, superando inclusive, e substancialmente, o de incentivo à leitura, aspecto tradicionalmente associado ao papel principal desses espaços.

Lourenço Filho (1946, p. 3-4) destaca a importância pedagógica da biblioteca:

Ensino e biblioteca são instrumentos complementares [...], ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento

imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a alternativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto.

Na sociedade contemporânea, caracterizada pela quantidade sem precedentes de informação, cresce a necessidade de se saber usar as informações, evidenciando o papel educativo do bibliotecário na escola, tendo em vista sua competência específica para lidar com informações. Esse papel tem-se ampliado com a demanda pelo uso eficiente dos recursos informacionais, especialmente quando se fala em pesquisa como princípio educativo (Campello, 2009).

O aspecto formativo e instrucional do papel educativo das Bibliotecas está diretamente relacionado ao letramento informacional, que envolve o desenvolvimento de habilidades de buscar, selecionar, avaliar e usar informações; processos formativos intencionais; práticas educativas voltadas à autonomia intelectual e apoio direto ao currículo e às aprendizagens.

O conceito de letramento informacional foi construído em torno de diversas noções, sendo uma delas a sociedade da informação. Esse ambiente de abundância de informações e variedade de formatos exige o desenvolvimento de novas habilidades para lidar com uma situação altamente complexa e mutável. Segundo Campello (2009, p. 12):

O letramento informacional constituiria uma capacidade essencial, necessária aos cidadãos para se adaptar à cultura digital, à globalização e à emergente sociedade baseada no conhecimento. Implicaria fundamentalmente que as pessoas tivessem capacidade de entender suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretar informações, utilizando-as de forma crítica e responsável.

A autora ainda ressalta que, diferentemente dos instrumentos utilizados para serviços técnicos como organização do acervo, que se caracteriza por um alto grau de uniformização, as ações de letramento informacional não dispõem de instrumentos padronizados para sua realização. Uma vez que envolve aspectos subjetivos, sua prática varia em função das características específicas da escola e dos sujeitos, exigindo das equipes flexibilidade e abertura a mudanças.

Vale destacar que esta investigação adota uma visão holística sobre o papel das Bibliotecas nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica e busca apresentar um panorama geral do que as produções científicas mais recentes consideram sobre o cumprimento desse papel e a inter-relação e indissociabilidade

das categorias analíticas, não tendo como o foco o aprofundamento nas questões técnicas e conceitos biblioteconômicos.

O papel educativo e pedagógico da Biblioteca está intrinsecamente ligado à relação entre Biblioteca e Educação. Como instrumento educativo estratégico, promove integração entre recursos informacionais e aprendizagem prática. As bibliotecas escolares são tratadas de forma recorrente na literatura como uma instância de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, além de serem responsáveis pela promoção do gosto e do hábito de leitura junto aos estudantes (Silva, 2003). Observa-se, já a partir desse conceito, o aparecimento de duas das categorias identificadas neste estudo, demonstrando seu caráter indissociável e complementar.

Para exercer esse papel, a Biblioteca precisa ser reconhecida como um elemento dinamizador dos processos educativos, e não puramente como um repositório informacional, como temos pontuado reiteradamente. Dentro de instituições de ensino formal, como as escolas, compete às Bibliotecas atuarem como centros proponentes de atividades formativas, colaborando para a resolução de questões próprias dos processos formativos e, segundo Silva (2003), provocando questionamentos com ações afirmativas que contribuam para a elevação da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. Para Fonseca (2007), o papel do bibliotecário (e suas equipes) no contexto educativo é o de orientação, direcionando a informação de acordo com a necessidade, interesse e exigência dos sujeitos, que constituem o foco da atuação. De acordo com essa perspectiva, a Biblioteca é percebida como um organismo dinâmico e vivo, capaz de difundir as diferentes possibilidades do saber e ajudar a sedimentar os conhecimentos que os indivíduos já possuem, colaborando com um pensamento reflexivo que possibilite a ampliação da sua compreensão de mundo (Silva, 2009). Desta forma, a Biblioteca funciona como parte integrante da engrenagem do processo educativo.

De acordo com Côrte e Bandeira (2011), o bibliotecário-educador é o professor que ensina a aprender; sua disciplina é ensinar o educando a aprender. Esse profissional deverá ter as qualidades e as habilidades necessárias para dinamizar o processo educacional. Portanto, o bibliotecário-educador deve ser um pesquisador permanente, ter atitudes de gestão proativas, ter senso crítico e bom senso, ser flexível e criativo, facilitar a interação entre os membros da comunidade escolar, ter capacidade de gestão e administração, ter capacidade de comunicação e

relacionamento interpessoal, ter consciência de que a informação é indispensável para a formação do sujeito, dominar as modernas tecnologias da informação, estar em constante questionamento, estar atualizado na sua área de atuação, ter consciência de que o usuário é o objetivo final e de que a informação é um instrumento indispensável para o educando.

Milanesi (1983) atribui ao bibliotecário o papel de co-educador, contíguo ao trabalho do professor. Por meio de uma relação dialógica com a comunidade escolar, cria-se uma ponte para estabelecer uma ação educativa integrada entre os sujeitos, a sala de aula e o professor. O Bibliotecário-educador assume a transformação do espaço em um ambiente de acesso crítico ao conhecimento, desnaturalizando discursos doutrinários e dogmáticos hegemônicos em atendimento ao princípio da formação integral, um dos pilares da Educação Profissional e Tecnológica. Ainda segundo o autor,

Nesse espaço o aluno aprenderia a ter ideias próprias lendo, principalmente os livros que os professores não pedem. E vendo gravuras, mapas, filmes, ouvindo discos. [...]. A biblioteca seria então uma escola dentro da escola, sem que houvesse divisórias. Ou seja, o trabalho do professor e do bibliotecário seria o mesmo. [...] A sala de discurso único seria fechada, abrindo-se a biblioteca, ao infinito, que é a memória organizada da sociedade, e abrindo-se também à espontaneidade do cotidiano. A relação dialética entre a experiência da vida e o conhecimento registrado, ambos intermediados pelo professor, é a única possibilidade - aqui, agora - de formar homens proprietários de suas decisões (Milanesi, 1983, p. 87-88).

Como um dispositivo informacional educativo, a Biblioteca funciona como um ambiente ativo e dinâmico projetado e organizado para a disseminação de saberes diversos e despertar do desejo de conhecer por meio do acolhimento físico, intelectual e cultural (Pieruccini, 2017). Ao apontar para a terceira categoria da presente investigação, o papel da Biblioteca como espaço social e de acolhimento, a autora nos permite concluir que as três categorias constituem aspectos fundamentais da atuação das Bibliotecas na formação integral dos sujeitos. Apesar do foco da pesquisa dirigir-se primeiramente à “assunção de intelectualidade”, segundo Gramsci, por parte dos sujeitos atuantes nas equipes de Bibliotecas (que se tornam intelectuais orgânicos), há que se reconhecer o reflexo imediato e o efeito multiplicador dessa transformação na formação dos estudantes como implicação direta e positiva.

Segundo Souza (2022b), em sua pesquisa “Biblioteca e Educação Profissional: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, integrante de nosso *corpus* de análise, o papel educativo do bibliotecário consiste em

diminuir as distâncias e as barreiras entre os sujeitos e o conhecimento acumulado, por meio de experiências que são, ao mesmo tempo, propedêuticas e significativas, dotadas de valor próprio, autônomo. Baseada nessa diretriz, nossa pesquisa propõe o planejamento e a realização de variadas atividades educativas, culturais e de lazer nos espaços das bibliotecas ao longo de todo o período letivo para o atingimento desse objetivo.

Silva (1999) considera essenciais alguns pontos que as equipes das Bibliotecas precisam esclarecer para difundir a dimensão pedagógica do seu trabalho: a necessidade de superar a concepção meramente utilitarista (instrumental) da Biblioteca, alterando seu foco para as questões políticas e educativas do trabalho bibliotecário; a necessidade de construir políticas e projetos intencionalmente educativos e orgânicos, em oposição à promoção de eventos esporádicos, isolados ou de iniciativas individuais não coordenadas, e defende, ainda, que essas práticas precisam ser descritas e sistematizadas, de modo a elevar as experiências ao nível de reflexão e análise, privilegiando o desenvolvimento de modelos pedagógicos adaptados às características locais e ao contexto histórico-social dos sujeitos.

Nesse sentido, Silva (1999, p. 162) afirma que:

O trabalho do bibliotecário não se desvincula de determinados objetivos sociais e determinados valores humanos e, por isso mesmo, é um trabalho de cunho político. Essa reviravolta [...] vai colocar a prática do bibliotecário na categoria mais abrangente das práticas educativas que, devido a sua natureza específica, devem ser conscientizadoras, transformadoras e criadoras.

A dimensão política do fazer bibliotecário passa por uma proposta de rompimento com o tradicionalismo e o tecnicismo excessivo. Como parte das relações sociais, o profissional da informação não pode fechar-se em si mesmo ou em seu próprio grupo, mas buscar articulações com diferentes sujeitos sociais: gestores, professores, fóruns institucionais e comunidade escolar, de modo a criar novas possibilidades e ampliar sua esfera de ação. A colaboração entre esses profissionais dinamiza a Biblioteca, promovendo processos de ensino-aprendizagem mais eficazes, apoio pedagógico à prática docente e desenvolvimento do projeto curricular e educacional da escola (Disarz; Spudeit; Geraldo, 2024). Segundo Silva e Lima (2018), dentro do contexto educacional, a falta de um trabalho integrado pode tornar as bibliotecas um lugar passivo e pouco visível, acarretando um nível de desempenho abaixo de suas capacidades.

Conforme Simionatto (2014), é preciso ultrapassar a sua figura tradicional de especialista de um saber objetivo para tornar-se um organizador da classe, seu persuasor permanente (atuação política). A reformulação da formação e da prática passa a ser efetivamente comprometida com os interesses do trabalho e da classe trabalhadora (a sua própria e a dos sujeitos), compreendendo e intervindo nas novas manifestações das questões sociais que atingem fundamentalmente os trabalhadores.

A dimensão de sua prática é o coletivo (em especial nas bibliotecas multiníveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, fortemente caracterizadas pela diversidade de público), e esses profissionais devem manter-se atentos e sintonizados à realidade de seu tempo, mergulhando na vida prática, tornando-se organizador dos aspectos práticos da cultura, democratizando-se e sendo mais atual (Gramsci, 2001). As atividades socioeducativas devem provocar reflexão e estimular o desenvolvimento de formas próprias de posicionamento diante das relações sociais vigentes. Isso demanda um processo longo e permanente de conscientização. Sob essa perspectiva, a partir de seu espaço de trabalho, eles podem vir a assumir o papel de intelectual orgânico ao representar e organizar os interesses de sua classe.

Assumir o compromisso ético-político e trabalhar para elevar intelectualmente camadas populares, neste caso, estudantes trabalhadores, não é um processo imediato, mas longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e de reagrupamentos (Gramsci, 2001). Nessa mesma direção apontam Mancini e Santos (2021, p. 132):

Apesar disso, com base nos apontamentos gramscianos, entendemos que o/a assistente social, assim como outros profissionais, no desenvolvimento de seu trabalho, pode contribuir com o estímulo à consciência crítica, com o desvelamento da realidade social, com a instrumentalização para a organização popular e o protagonismo dos sujeitos sociais. Embora esse profissional não seja capaz de empreender a transformação social de forma isolada (por tratar-se de uma tarefa coletiva e, sobretudo, da classe trabalhadora), acreditamos – sem nenhuma pretensão idealista – que o/a profissional pode configurar-se como intelectual orgânico das classes subalternas, se o seu compromisso ético-político estiver afinado aos interesses dessa classe e, junto a ela, apreender estratégias para a conquista da hegemonia, um processo que se faz e refaz em cada ação, em cada reflexão, em cada nova descoberta.

Ao promoverem práticas voltadas para uma educação emancipatória, as equipes de Biblioteca buscam instigar a reflexão, autonomia, capacidade de questionamento e visão crítica dos sujeitos, elementos centrais da Educação Profissional e Tecnológica. De acordo com Campello (2015), a Biblioteca, ao ser orientada para a emancipação, exerce um papel fundamental na promoção do pensamento crítico, permitindo que os indivíduos questionem, compreendam e transformem a realidade ao seu redor. Sujeitos mais autônomos e ativos socialmente tornam-se agentes de transformação social e buscam melhores condições para si e sua comunidade.

Para assumir a complexidade das relações na formação integral dos sujeitos, há que se colocar em prática a dimensão política da atuação da Biblioteca com o estabelecimento de ações práticas apontadas nas produções analisadas, tais como: trabalho colaborativo com professores na realização de atividades educativas, culturais e sociais (Camargo, 2023; Deus, 2023; Moura, 2023; Silva, 2021); diálogo permanente com os gestores para questões como aquisição de materiais e equipamentos, alocação de novos servidores, alinhamento dos procedimentos de rotina (Moret, 2022); engajamento das equipes para elaboração de projetos a partir de editais institucionais internos e externos (Correia, 2022), eleição de representante do Sistema de Bibliotecas para fóruns deliberativos, no caso Colégio Pedro II, o Conselho Superior (CONSUP).

Por outro lado, os dados também apontaram algumas limitações importantes, como a ausência de uma política integrada na rede nacional composta por quase seiscentas Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), gerando fragilidade no alinhamento das Bibliotecas com os objetivos da EPT, falta de reconhecimento institucional, carência de políticas públicas adequadas e integração pedagógica (Souza, 2022a); quantidade insuficiente de profissionais e sobrecarga de atividades (Santos, 2019), desconhecimento e subaproveitamento dos recursos, serviços e espaços disponíveis; necessidade de plano de comunicação e divulgação (Filipetto, 2019), falta de apoio administrativo e pedagógico e legislação não efetiva (Correia, 2022), heterogeneidade e insuficiência de ações para desenvolvimento de habilidades de competência em informação²,

² Habilidade para localizar, selecionar, organizar, usar e avaliar criticamente a informação e gerar conhecimento. Na sociedade contemporânea, digital e dinâmica, há crescente inundação de informações falsas e necessidade de formar indivíduos críticos e éticos (Ferreira, 2023).

necessidade de investimentos financeiros, tecnológicos e humanos (Moret, 2022), ações colaborativas entre bibliotecários e docentes ocorrem, mas de forma tímida, pontual e não sistematizada; falta de planejamento estratégico (Caetano, 2022), falta de articulação entre formação de servidores, EPT e acervos bibliográficos (Oliveira, 2022). Destacamos, ainda, a necessidade de formação continuada das equipes de servidores, através do oferecimento regular de cursos, palestras, *workshops* específicos e participação em eventos profissionais e acadêmicos internos e externos à instituição de origem com vistas à atualização de saberes e troca de experiências e boas práticas, revertendo em aprimoramento, qualidade e inovação dos serviços.

4.2 A Biblioteca como espaço de mediação cultural e incentivo à leitura

Nesta segunda categoria analítica, a Biblioteca é apresentada como espaço de mediação cultural e incentivo à leitura. Trata-se, assim, de um ambiente ativo de circulação de saberes, experiências, práticas culturais e promoção da leitura.

O entendimento de cultura aqui se apresenta de forma diferente da que trazemos na dimensão cultural que trouxemos desde a introdução de nosso trabalho. Gramsci (1968) sustenta que cultura como processo social de organização dos entendimentos refere-se à forma como os concebemos e construímos, o que implanta um caráter provisório às coisas. Perceba que tal olhar nos permite afirmar que os entendimentos estão em disputa, logo podemos trabalhar na manutenção ou reconstrução. Em contrapartida, nossa segunda categoria é edificada por unidades de análise que compreendem cultura como um conjunto de conhecimentos, técnicas e formas de fazer que caracterizam um povo, diferenciam grupos e inserem as escolas como espaços de apropriação cultural e humanização (Chauí, 2000).

Nossa escolha por mantermos a expressão “mediação cultural” está na tentativa de conservarmos o sentido das unidades de análise que dão forma à categoria apresentada. Moraes (1999) sustenta a categoria como forma de agrupar dados a partir da parte comum existente entre eles, desse modo, tornou-se para nós importante manter a expressão como forma de orientar o leitor sobre os entendimentos presentes nessa unidade de análise.

Retomando a argumentação, o hábito da leitura é uma prática fundamental

para o desenvolvimento da aprendizagem humana. Segundo Camargo (2023, p. 37), ela extrapola o simples ato mecânico de decifrar símbolos gráficos, envolvendo a interpretação de um texto e a compreensão de um acontecimento.

Dias e Palhares (2019) afirmam que a leitura não é uma habilidade com a qual já nascemos; é uma habilidade que, como seres humanos, desenvolvemos e aprimoramos ao longo da vida. Como mediadora da leitura, Biblioteca tem a função de promover condições para que encontro leitor/leitura ocorra de forma contínua, como um ato social. De acordo com Monteiro (2016), essa mediação é realizada por pessoas capacitadas para atuar em diferentes ambientes nos quais a informação da sociedade é transmitida e divulgada. A Biblioteca, como um lugar de preservação do conhecimento e memória, encontra-se nessa condição e serve como “ponte” para aproximação entre o conhecimento e os sujeitos sociais.

A Biblioteca tem diante de si grandes desafios, como o enfrentamento da realidade brasileira de que o analfabetismo funcional alcança 29% da população, mesmo patamar desde 2018, segundo levantamento do InAF (Indicador de Analfabetismo Funcional), com oscilação negativa entre jovens de 15 a 29 anos. Em 2018, 14% deles se encontravam nessa situação, tendo o percentual aumentado para 16% em 2024³.

Outra questão preocupante foi apontada pela pesquisa nacional que avalia o comportamento leitor dos brasileiros realizada pela Câmara Brasileira do Livro em 2024: nos últimos quatro anos houve uma redução de 6,7 milhões de leitores no país. Pela primeira vez na série histórica da pesquisa, a proporção de não-leitores é maior do que a de leitores na população brasileira: 53% das pessoas não leram nem parte de um livro - impresso ou digital - de qualquer gênero, incluindo didáticos, Bíblia e religiosos, nos três meses anteriores à pesquisa. Mais da metade dos brasileiros não lê livros e a queda aparece em todas as classes, faixas etárias e escolaridades⁴.

Neste cenário, é grande a responsabilidade das Bibliotecas também no combate à desinformação cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Segundo a classificação de Wardle e Deraskan (2023), a informação falsa ocorre quando é compartilhada sem a intenção de causar dano; a desinformação ocorre quando o compartilhamento da informação falsa é deliberadamente intencional para causar

³ Jinkns (2025)

⁴ Câmara Brasileira do Livro (2024)

danos e a informação maliciosa ocorre quando a informação genuína é compartilhada com intenção danosa, movendo para a esfera pública o que era destinado a permanecer privado. O termo *fake news*, largamente utilizado, possui conotação pejorativa e de cunho político, voltado para notícias falsas. A Biblioteca atua, neste caso, como mediadora no letramento informacional dos sujeitos, capacitando-os quanto à avaliação das fontes e qualidade da informação.

Segundo o Relatório *Desordem Informacional*, publicado pelo *Council of Europe* em 2017, dos autores Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2023, p. 165):

As bibliotecas estão entre as poucas instituições em que a confiança não diminuiu. Para pessoas que não estão mais em educação em tempo integral, bibliotecas são um recurso crucial para ensinar as competências necessárias para navegar no ecossistema digital. Devemos garantir que as comunidades possam acessar notícias, *on-line* e *off-line*, e materiais de educação digital por meio de suas bibliotecas locais.

Turra (2007) define mediador como a pessoa que avalia, amplia e escolhe estratégias mais apropriadas a determinado contexto, organiza, interpreta e elabora as experiências de aprendizagem. Ao criar um ambiente de reciprocidade, o mediador suscita curiosidade, demonstra envolvimento e interesse, estimula a reflexão, o compartilhamento e o apreço pelas diversas opiniões, incitando, ainda, a mudança e a participação ativa. Quanto maior a mediação, maior a possibilidade de transformar o estado cognitivo do sujeito mediado. O autor entende que tais atribuições deverão permear as ações da equipe da Biblioteca em seu papel de dinamizá-la para assumir devidamente seu lugar e cumprir integralmente suas funções.

Segundo Abreu (2019), o bibliotecário e sua equipe têm, como mediadores, uma função social essencial na formação do leitor, ao interpretar os conteúdos informacionais que se encontram em sua unidade de informação, na tentativa de tornar mais acessível ao usuário as informações que demanda. Esses profissionais tornam-se ouvintes das pessoas e passam a conhecê-las melhor, fazendo com que seu trabalho se torne mais efetivo, não só pela literatura em si, mas pela leitura da sociedade. Os mediadores, ao incentivarem a leitura, podem desencadear nos sujeitos um processo de apropriação do texto e da informação, por meio de novas alternativas de leitura, propiciando sua aproximação do conhecimento. Barros (1986) destaca que, além da competência técnica, a equipe deve assumir uma postura

política e ativa ao auxiliar os sujeitos leitores a refletir, compreender, descobrir e inteirar-se socialmente no mundo.

Carvalho (2012) vai ao encontro dos dados coletados nos trabalhos analisados nesta pesquisa e considera que o processo de mediação de leitura é colocado em prática através da realização de atividades como de rodas de leitura, encontros com escritores, ilustradores e especialistas em literatura para debates literários, contação de histórias e clubes de leitura, as quais precisam ser planejadas e executadas respeitando o valor de arte da literatura (Abreu, 2019). Destaca-se também em grande parte das produções o caráter colaborativo das atividades como sendo fundamental e potencializador dos resultados almejados (Silva, 2021; Guimarães, 2021; Deus, 2023; Moura, 2023; Santos, 2019; Caetano, 2022; Siqueira, 2023; Bueno, 2022). Abreu (2019, p. 108), conclui, nas considerações finais de sua pesquisa que:

Os resultados da pesquisa revelaram a possibilidade de se reconhecer a biblioteca como um ambiente inovador, que vai muito além da guarda e tratamento do acervo. O relato das entrevistas confirma a possibilidade de o profissional realizar práticas de leitura, sustentadas por processos de mediação e incentivo à leitura, contribuindo para a formação instrutiva e crítica do sujeito, contribuição esta atrelada aos objetivos da instituição de ensino. Portanto, é preciso, *a priori*, acreditar na mudança e no diferencial da biblioteca, instituindo a cultura da valorização, do reconhecimento e da colaboração. Por conseguinte, com profissionais engajados com o trabalho, é provável que a satisfação seja estendida a todos os membros das equipes, interferindo, portanto, no rendimento dos diferentes profissionais da educação como professores, pedagogos, auxiliares administrativos, bibliotecários, enfim, todos os sujeitos envolvidos no contexto educacional. Assim, os processos de mediação e incentivo à leitura tendem a ser melhorados quando todos em conjunto falam a mesma língua, interferindo na melhoria contínua de toda a unidade escolar.

Na concepção de Freire (1981), toda leitura do texto escrito está ligada, antes, à compreensão da realidade, de forma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Essa relação entre a leitura do mundo e a leitura da palavra é essencial para uma abordagem integral do conhecimento. A promoção da leitura deve considerar não apenas a decodificação das palavras, mas a interpretação do contexto e a relação entre a linguagem e a realidade. Desta forma, a leitura é imprescindível para a formação social e intelectual dos indivíduos porque colabora na constituição da visão de mundo dos sujeitos sociais.

A leitura possibilita contato com novas experiências, lugares, concepções,

informações, enriquece o vocabulário, ativa a imaginação, abre horizontes e aparelha o sujeito na formação do pensamento crítico. Ao aprimorar a capacidade dialógica e de argumentação, torna os sujeitos mais conscientes e participativos na sociedade democrática. A aquisição de conhecimento redundando em ação social transformadora. Almeida Junior (2018, p. 73), concorda com essa ideia ao afirmar que “o homem precisa da leitura para se situar no mundo, para usufruir e se utilizar dos mecanismos disponíveis para sua sobrevivência, para se fazer cidadão”.

Antunes (2003, p. 70) acredita que:

A atividade da leitura favorece, num primeiro plano, a ampliação dos repertórios de informação do leitor. Na verdade, por ela, o leitor pode incorporar novas ideias, novos conceitos, novos dados, novas e diferentes informações acerca das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, do mundo em geral.

No mesmo sentido, Silva (1991, p. 20), afirma que “a leitura é um importante instrumento para a libertação do povo brasileiro e para o processo de reconstrução de nossa sociedade”. Assim, não há como se falar em assunção de intelectualidade (dimensão intelectual), elevação cultural dos sujeitos (dimensão cultural) e transformação social (dimensão política) sem a utilização da leitura como instrumento. Perceba que o foco de nossa investigação não são os estudantes, e sim os trabalhadores dos espaços de Bibliotecas, mas que assumir as dimensões mencionadas na atuação dos trabalhadores, indiretamente aumentamos o potencial desse debate chegar à formação crítica dos sujeitos que estudam na instituição.

Neves *et al.* (2006, p. 20) referem-se à leitura:

Como meio mais efetivo que o estudante dispõe para assumir uma postura crítica em relação à realidade em que se situa, tendo como contraponto as diferentes realidades que lhes são apresentadas como resultado da diversidade de ideias ou informações que lhes são disponibilizadas, por meio de documentos.

Destaca-se, em suma, que os dados coletados nesta categoria analítica, que consideram o papel da leitura como elemento central para a formação de sujeitos ativos na sociedade, integrando aspectos intelectuais e sociais, baseiam-se no conceito clássico de Chauí (2000), no qual cultura é o modo pelo qual os humanos se humanizam através de práticas que criam a existência social, econômica, política,

religiosa, intelectual e artística. Desse modo, Biblioteca é responsável por oferecer, através da leitura e de seus variados recursos, democratização do acesso aos bens culturais, abordando todos os tipos de informação sobre os mais diversos assuntos, elevando-os culturalmente, levando-os à reflexão e colaborando na formação integral almejada na Educação Profissional e Tecnológica. Importante ressaltar que a perspectiva gramsciana considera a cultura um processo social de disputa dos entendimentos, marcado pelo caráter histórico, provisório e contraditório.

Pelo exposto, verifica-se, mais uma vez, que as três dimensões se apresentam completamente interligadas: a leitura, elemento central desta categoria, constitui-se simultaneamente como instrumento político (ao enfrentar problemas estruturais da sociedade brasileira como o analfabetismo funcional, a diminuição do número de leitores e disseminação da desinformação), processo intelectual (prática formativa que ultrapassa a decodificação mecânica das escrita, envolvendo interpretação, compreensão crítica e leitura da realidade) e prática cultural (ambiente multidimensional e ativo de circulação de saberes, práticas e experiências).

4.3 A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL

A terceira categoria analítica consiste o papel da Biblioteca como espaço de inclusão social. No contexto público, escolar e comunitário, a Biblioteca é reconhecida como um espaço estratégico para a promoção de inclusão social ao oferecer acesso democrático à informação, à educação, à cultura e às tecnologias, elementos essenciais para a participação ativa dos sujeitos na sociedade. Ela desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades ao garantir a diversidade e o acesso igualitário aos recursos educacionais.

Trata-se do setor como espaço de convivência, socialização, acolhimento, pertencimento e conforto. Democrático e igualitário, todas as pessoas devem receber tratamento digno, respeitoso e humanizado, sem qualquer distinção em relação à origem socioeconômica, gênero, idade, escolaridade ou qualquer outra condição.

Segundo Disarz, Spudeit e Geraldo (2024, p. 19):

A abordagem inclusiva promove um ambiente propício para que os sujeitos possam explorar seu potencial, desenvolver habilidades de pesquisa, fortalecer a capacidade de avaliar criticamente informações e, acima de tudo, garantir que todos os estudantes tenham as mesmas

oportunidades de aprendizado, independentemente de suas origens ou identidades.

O acesso ao espaço físico e aos serviços são oferecidos, via de regra, à comunidade acadêmica em geral: estudantes, servidores docentes e técnicos, estagiários e trabalhadores terceirizados. Todos os sujeitos são recebidos e devem encontrar um ambiente de equidade informacional, gratuito e de livre acesso aos recursos, produtos e serviços.

O acesso democrático à informação, cultura e tecnologias contribuem para a redução de desigualdades educacionais, econômicas, culturais e digitais. A Biblioteca atua como agente de transformação social ao equipar os sujeitos, em especial aqueles provenientes de populações desassistidas, não apenas no aspecto informacional, mas através do fortalecimento dos vínculos comunitários, fortalecimento do senso de pertencimento e das oportunidades de expressão e protagonismo social.

Ao promover atividades de mediação de leitura, orientação à pesquisa, letramento informacional e acesso às tecnologias digitais, ela atua diretamente no combate à marginalização social.

Para além do oferecimento de produtos e serviços, a experiência no atendimento às pessoas, especialmente jovens e adultos periféricos de cursos como o PROEJA, com históricos sociais e escolares truncados, evidenciou, não raras vezes, que o tratamento atencioso, gentil e afetuoso dispensado pela equipe da Biblioteca não apenas causou surpresa como cativou e atraiu pessoas, levando-as a retornarem e se tornarem frequentadoras assíduas. É comum o relato de estudantes trabalhadores, na ocasião da conclusão do curso, ao comparecerem ao setor para despedirem-se da equipe, sobre como a maneira como foram acolhidos foi um estímulo para a permanência na instituição e a contribuição da Biblioteca para o êxito acadêmico. Destaca-se, assim, que não apenas o “fazer” é importante, mas o “como fazer” pode ser o diferencial que cria vínculos antes mesmo da utilização dos recursos.

Este olhar conta com o respaldo teórico da "pedagogia do afeto" de Paulo Freire (1996), um conceito que defende que o amor é a base da educação, e não um sentimento passivo, mas um ato de coragem, compromisso e engajamento ético e político. Para Freire, o afeto é fundamental para a construção do conhecimento, exigindo que o educador seja sensível à realidade e à história de vida dos alunos, promovendo um diálogo aberto e empático para que a aprendizagem seja transformadora e significativa.

Esta abordagem educacional valoriza o vínculo emocional como elemento para aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Considerando que a aprendizagem é um processo tanto intelectual quanto emocional, e que os desenvolvimentos cognitivo e afetivo estão interligados, cria-se um ambiente escolar seguro, acolhedor e personalizado no qual os sujeitos se sentem valorizados e respeitados para se expressarem e aprenderem. Essa prática promove empatia, confiança e diálogo, levando a um aprendizado mais eficaz e à formação de cidadãos mais sensíveis e conscientes.

O sentir-se bem-vindo é agradável a todas as pessoas, mas certamente faz maior diferença entre aqueles cuja autoestima pode estar comprometida pelo retorno tardio aos bancos escolares e pelas adversidades da vida. Nesse contexto, a Biblioteca muitas vezes serve como refúgio, onde o indivíduo é acolhido, incluído, tratado com humanidade, orientado e atendido em suas necessidades.

Essa atuação da equipe tem caráter político: reconhece a pessoa como sujeito de direitos, como um estudante trabalhador no exercício de sua cidadania, não como alguém a ser “preenchido” com informações, como se delas estivesse “vazio”, mas como alguém que pensa e, conforme Gramsci, não há atividade humana sem intelectualidade. No contexto da filosofia gramsciana, há que se valorizar a capacidade intelectual imanente a todas as pessoas.

Além desse aspecto, há ainda a intenção de atrair os sujeitos para o ambiente da Biblioteca a fim de que seja fortalecido o sentimento de pertencimento à instituição, evitando a evasão, proporcionando a socialização e utilizando todos os meios e recursos para colaborar na sua formação integral, que vai além do conteúdo acadêmico, focando em formar cidadãos mais humanos, solidários e empáticos, preparados para lidar com os desafios da vida e tornarem-se agentes de transformação no mundo que opera sob valores capitalistas em oposição.

Nesse sentido, Estabel e Moro (2008, p. 62) destacam que:

A biblioteca escolar congrega um universo de usuários. Neste espaço universal e democrático, por onde circulam o aluno, o professor, o diretor, o funcionário, entre outros, o acesso à informação é a chave da inclusão de todos. A biblioteca escolar perpassa a linha do tempo, seja na memória de quem por ela passou, seja no presente de quem dela faz uso, seja no futuro para a geração que virá ou que ainda não chegou à escola.

Criando espaços democráticos nos quais os sujeitos podem buscar

conhecimento, conectar-se com sua herança cultural e engajar-se em questões globais, a Biblioteca encontra-se bem posicionada para ser agente de mudança e colaborar para o avanço em direção a um mundo mais justo e igualitário (Disarz; Spudeit; Geraldo, 2024).

Bedin, Sena e Chagas (2016) apontam também para a importância de que sejam oferecidos recursos bibliográficos contextualizados, diversos e condizentes com os perfis dos sujeitos, a fim de que haja identificação e a aprendizagem seja efetivada. Tal política abrange a de formação de coleções atualizadas e diversificadas com materiais de relevância social, que aborde temas contemporâneos em debate como a história e o direito das populações marginalizadas, minoritárias e periféricas.

Outro aspecto fundamental da inclusão é a questão da acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica, tema central de um dos trabalhos analisados, onde Silva (2023) afirma que os resultados obtidos na pesquisa revelam a importância da acessibilidade em Bibliotecas dentro do ensino para inclusão de pessoas com deficiência e a necessidade de investimentos nesta área. Constatou-se que as Bibliotecas dos Institutos Federais apresentam dificuldades para prestar um atendimento acessível e que a situação das Bibliotecas, num âmbito geral, precisa de mais investimentos neste quesito, o que pode ser um desafio para muitas delas, pois ainda não possuem espaço arquitetônico adequado tampouco acervos acessíveis, dificultando um atendimento de qualidade e inclusivo para todas as pessoas. Durante a análise dos dados, verificou-se que a Biblioteca precisa passar por ajustes para adequar-se à acessibilidade, adaptando sua estrutura física, oferecendo tecnologias assistivas e qualificando seus profissionais para proporcionar um atendimento mais inclusivo.

Em comemoração ao Dia Nacional da Acessibilidade, ocorrido em 5 de dezembro de 2025, O Colégio Pedro II inaugurou o Espaço de Tecnologias Assistivas e Serviços Informativos Inclusivos (ESTASII), que passa a funcionar na Biblioteca Professora Silvia Becher, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (Propgpec). O objetivo do espaço é promover o acesso à informação dos usuários com deficiência visual, por meio da produção de material bibliográfico digital e orientação quanto ao uso de tecnologias assistivas disponibilizadas. O novo

ambiente marca um passo significativo no compromisso institucional com a inclusão, a equidade e o acesso democrático à informação⁵.

A biblioteca acessível amplia as possibilidades de aprendizagem e de participação cultural de sujeitos historicamente excluídos (International Federation of Library Associations and Institutions, 1994; Sasaki, 2010).

Becker e Faqueti (2015) concluíram que:

Podemos observar que as bibliotecas carecem de melhores condições quanto à acessibilidade. [...] 50% dos respondentes afirmam ter estrutura física que permite a mobilidade de um cadeirante entre as estantes ou espaços de uso comum. Os baixos níveis de acessibilidade nos ambientes da biblioteca provavelmente se devem à destinação de espaços reduzidos para a sua instalação [...] a maioria das bibliotecas ocupam espaços entre 70m² e 500m². Quanto aos acervos e equipamentos especiais, a situação torna-se mais crítica e constitui um caminho longo a ser trilhado pelas bibliotecas, a fim de melhorar os níveis de acessibilidade (Becker; Faqueti, 2015, p. 89).

No mesmo sentido, Stroparo (2014, p. 70) afirma que: “mesmo que os alunos com deficiência estejam amparados pela legislação, ainda é grande a distância entre a promessa igualitária, indicada pela lei, e a realidade existente nas bibliotecas”. Dada a sua importância e urgência, o tema é atualmente objeto de estudo do Grupo de Trabalho em Acessibilidade e Inclusão Social em Bibliotecas, criado em 21 de julho de 2025, através da Portaria Nº 5446/PROEN do Colégio Pedro II (Colégio Pedro II, 2025b), visando o acesso às pessoas com deficiência e com necessidades específicas aos serviços, produtos e espaços das bibliotecas da instituição.

Nesta terceira categoria analítica, a Biblioteca, como espaço formativo integral, é apresentada como espaço de garantia de direitos, diminuição das desigualdades e promoção da equidade (dimensão política); reconhece que todos os sujeitos, independentemente de qualquer condição, são portadores de capacidades cognitivas e intelectuais (não há atividade humana sem atividade intelectual, na visão de Gramsci) - dimensão intelectual; e constitui, ainda, um espaço democrático de apropriação cultural, acesso à informação, leitura, tecnologias e acervos diversos e contextualizados, além de convivência, pertencimento, acolhimento e socialização (dimensão cultural).

⁵ Dados extraídos de Colégio Pedro II (2025a).

4.4 DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS NORTEADORES DA ATUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Um aspecto importante para que uma Biblioteca seja capaz de promover um ambiente de aprendizagem significativo, desenvolver projetos que integrem diferentes segmentos e mobilizar a escola em torno desse espaço coletivo é estar integrada ao Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Gonzaga (2017), ressalta que este é um importante documento que planeja a escola, tratando dos seus princípios e a forma como a organização escolar deve ocorrer. Figurar neste documento constitui um aspecto político importante para a visibilidade, valorização e norteamento das atividades desenvolvidas nos espaços.

No caso do Colégio Pedro II, o PPPI em vigor estabelece que as Bibliotecas Escolares, Salas de Leitura, Mediatecas e Bibliotecas de Pós-graduação são espaços utilizados para complementar as ações pedagógicas realizadas em sala de aula, possuindo papel relevante nas atividades de pesquisa escolar, fomento à leitura e recreação, e contribuem para a formação intelectual e cidadã do leitor, em especial os estudantes da Educação Básica. O documento estabelece ainda que todas as ações das bibliotecas escolares estão embasadas em documentos de referência para a área. No âmbito nacional, tem-se como referência a Lei nº 12.244/2010 (Brasil, 2010) e na esfera internacional o Manifesto IFLA/UNESCO⁶ da Biblioteca Escolar e das Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares. Nestes documentos destaca-se o papel da biblioteca como espaço de formação e desenvolvimento do estudante e de excelência para o alcance da missão institucional.

A seguir apresentamos um quadro que elenca os objetivos do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II constantes no PPPI e sua correlação com as categorias de análise e as dimensões política, intelectual e cultural:

⁶ **IFLA/UNESCO** refere-se a uma colaboração entre duas organizações internacionais distintas, mas com objetivos complementares, principalmente na promoção de bibliotecas e acesso à informação em todo o mundo.

IFLA: sigla para *International Federation of Library Associations and Institutions* (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias). É a principal organização global que representa os interesses dos profissionais de bibliotecas e informação.

UNESCO: sigla para *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). É uma agência especializada da ONU que busca construir a paz através da cooperação internacional em educação, ciência e cultura.

Quadro 4 – Objetivos do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II, categorias de análise e dimensões relacionadas

OBJETIVOS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II SEGUNDO O PPPI	CATEGORIA(S) RELACIONADA(S):	DIMENSÃO RELACIONADA:
Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura Espaço Social de Inclusão e Acessibilidade	Política, intelectual e cultural
Desenvolver e manter nos estudantes o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura	Intelectual e cultural
Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento	Espaço Educativo e Pedagógico	Intelectual e cultural
Apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço Social de Inclusão e Acessibilidade	Intelectual e cultural
Prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura	Política e cultural
Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura Espaço Social de Inclusão e Acessibilidade	Política, intelectual e cultural
Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura Espaço Social de Inclusão e Acessibilidade	Política Articulação/parceria também com outros setores escolares, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Assistência Estudantil
Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia	Espaço Educativo e Pedagógico Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura Espaço Social de Inclusão e Acessibilidade	Política e intelectual
Promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar (e ao	Espaço de Mediação Cultural e Incentivo à Leitura	Cultural

seu derredor)		
---------------	--	--

Fonte: A autora (2026) adaptado de Colégio Pedro II (2018).

Segundo o PPPI, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública, as bibliotecas escolares oferecem serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação em todos os formatos e meios. As Bibliotecas do Colégio Pedro II oferecem os seguintes produtos e serviços, conforme a disponibilidade de horários e de recursos humanos e em conformidade com o calendário escolar:

- Área de convivência, na entrada da biblioteca, com mobiliário para estudos individuais e em grupo e recursos pra atividades recreativas (disponíveis em alguns *campi* e na Pós-graduação);
- Atividades audiovisuais, através da exibição de vídeos, para promoção de debates e formação do leitor;
- Atividades de competência/letramento informacional;
- Aulas para turmas, em parceria com professores;
- Auxílio à pesquisa escolar, através de atendimento, pesquisa no acervo e recomendação de uso de normas;
- Catálogos correntes/ novas aquisições;
- Circulação do acervo (empréstimo, empréstimo de férias, renovação, devolução, reserva) através do Catálogo Imperador e presencial;
- Consulta ao acervo, de modo presencial e online, através do Catálogo Imperador;
- Cursos, em parceria com professores e departamentos;
- Exposições temáticas, onde há o fomento ao uso de itens do acervo conforme o assunto;
- Fomento a grupos de jogos recreativos;
- Levantamento bibliográfico para pesquisas acadêmicas;
- Normalização bibliográfica;
- Promoção de acervos específicos para exames e certificações;
- Projetos de incentivo à leitura, como Clube do Livro, grupos de leitura e de estudo;
- Saraus e oficinas literárias;

- Treinamento de usuários para uso do espaço físico e do Catálogo Imperador;
- Visitas guiadas.

Outro documento orgânico importante em que figuram dispositivos sobre as Bibliotecas é o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, que afirma que todas as ações das bibliotecas escolares estão em concordância com a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010 (Brasil, 2010), a Resolução CFB nº 220/2020, de 13 de maio de 2020 (Conselho federal de Biblioteconomia, 2020), o Manifesto IFLA/Unesco da Biblioteca Escolar e as Diretrizes da IFLA/Unesco para as Bibliotecas Escolares. Além disso, estão consoantes às políticas e planos institucionais, especialmente o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico Institucional. O PDI estabelece que as Bibliotecas do Colégio Pedro II promovem apoio ao processo ensino-aprendizagem e dão suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, oferecendo produtos e serviços informacionais a toda comunidade escolar e acadêmica com o propósito de contribuir para a promoção de uma educação pública de qualidade formadora de uma comunidade escolar atuante, inclusiva e democrática em consonância com a missão institucional.

Observa-se que a inserção das Bibliotecas nos documentos institucionais e sua atuação articulada ao projeto educativo da escola reforçam sua dimensão política e destacam o papel educativo ao considerarem seu aspecto formativo, e os produtos e serviços abrangem as três categorias de análise desta investigação: espaço educativo, cultural e social.

4.5 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II (SIBI/CP II)

O Colégio Pedro II é uma autarquia federal de ensino pluricultural e *multicampi* fundada em 02 de dezembro de 1837 e constitui uma referência de educação pública, gratuita e de qualidade no cenário educacional brasileiro. O complexo escolar, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, oferta desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Integrado, até Educação Profissional para jovens e adultos (PROEJA), graduação e pós-graduação *lato* e *strictu sensu*.

Desde 2012, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica (RFEPECT), quando a instituição foi equiparada aos Institutos Federais (IF's), oportunizando acesso à educação a milhares de estudantes de diversos extratos sociais. Nesse contexto, as Bibliotecas escolares destacam-se como espaços de pesquisa, cultura e informação presentes na formação desses cidadãos desde a infância até a fase adulta.

O Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SIBI/CPPI) é composto pelas Bibliotecas escolares do Colégio Pedro II, distribuídas nos quatorze *campi*, a Biblioteca do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR); a Biblioteca da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) e as Bibliotecas Especializadas. Estabelecido por meio da Portaria n.º 1.201, de 19 de maio de 2022 (Colégio Pedro II, 2022) e vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), o SIBI/CPPI tem por finalidade desenvolver políticas, planos, diretrizes e ações pedagógicas e institucionais, em curto, médio e longo prazo, que possam servir de apoio aos programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e fomentar a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, por meio do desenvolvimento de serviços e produtos de informação.

Todas as ações das Bibliotecas escolares estão em concordância com a Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010, (Brasil, 2010) a Lei 14.837, de 8 de abril de 2024 (Brasil, 2024), a Resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia (2020) n.º 220/2020, de 13 de maio de 2020, o Manifesto IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar e as Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (IFLA/UNESCO) para as Bibliotecas Escolares. O sistema atua, ainda, em conformidade com as políticas e planos institucionais, especialmente, o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).

O SIBI/CPPI está vinculado à Central de Bibliotecas da PROEN, criada por meio da Portaria n.º. 328, de 13 de fevereiro de 2020, (Colégio Pedro II, 2020) com o objetivo de normatizar ações técnicas, administrativas e pedagógicas pertinentes aos núcleos de informação e documentação escolar e científica do Colégio Pedro II.

Atualmente, as equipes das Bibliotecas que compõem o SIBI contam com bibliotecários, responsáveis pela gestão das unidades de informação, auxiliares de Biblioteca e assistentes em administração que atendem a todos os segmentos de ensino nos diferentes turnos e localidades. Nos *campi* em que há oferta de cursos de

educação básica, graduação e/ou pós-graduação, a Biblioteca passa a ter uma tipologia *multinível* (Moutinho, 2014, p. 71), contemplando os perfis escolar e universitário.

A organização do Sistema de Bibliotecas como política institucional formalizada por portarias e documentos normativos consolida as Bibliotecas como instâncias estratégicas no projeto educativo do Colégio Pedro II.

4.6 A BIBLIOTECA ESCOLAR DO CAMPUS TIJUCA II

A Biblioteca Escolar do *campus* Tijuca II do Colégio Pedro II, foi criada em 02 de maio de 1958, sob a gestão do Professor Dulcídio Cardoso. Hoje denominada Biblioteca Lélia Gonzalez, conta com um acervo de cerca de quatorze mil livros e outros materiais audiovisuais e obras de referência e possui capacidade para acomodação de trinta usuários em seu salão de leitura. A equipe é composta atualmente por seis servidoras que realizam o atendimento ao público nos três turnos, de segunda à sexta-feira, das 7 às 19 horas (exceto às segundas e sextas, até 20 horas) e nos sábados letivos das 9 às 15 horas. O setor oferece diversos serviços e realiza atividades culturais fixas e eventuais durante todo o ano letivo.

Os estudantes ingressantes de todos os segmentos são apresentados à Biblioteca em visita guiada de acolhimento, na qual recebem informações sobre o funcionamento, atendimento, acervo, produtos e serviços. A equipe também comparece às reuniões de pais e responsáveis do ensino básico a fim de apresentar o setor e incentivar a frequência dos estudantes com o apoio dos responsáveis. O público recebido pela Biblioteca é bastante diverso, indo desde crianças e pré-adolescentes até jovens e adultos de várias faixas etárias, estudantes a partir do sexto ano do ensino fundamental até a pós-graduação, servidores docentes e técnicos, o que se revela uma experiência enriquecedora e desafiadora para a equipe.

A Biblioteca oferece os serviços convencionais, presenciais e/ou remotos, de catalogação, consulta, empréstimo local e *intercampi*, devolução, reserva, renovação, aquisição, seleção e descarte de livros, processamento de doações, organização e manutenção do acervo, que pode ser consultado através da base de dados Imperador, disponível, até o momento, na *intranet*. Para a rotina de circulação utiliza-se o *software Koha*, no qual também é realizado o cadastro dos usuários. Importante ressaltar que

existe a demanda em andamento pela disponibilização das bases de dados na *internet* e de contratação de empresa especializada para realização de atualização e customização do sistema.

O setor mantém presença digital ativa nas redes sociais oficiais próprias e institucionais (*site* oficial, *blog* do *campus* e redes do SiBi) buscando fortalecer o vínculo com a comunidade escolar e a sociedade em geral, realizando postagens de divulgação de novas aquisições, serviços e informativos.

A equipe planeja anualmente eventos como a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, realizada no mês de outubro, com atividades culturais e de lazer, além de concursos de desenhos, distribuição de brindes em datas comemorativas, realização de sorteios e premiações para os leitores, projetos como “Bibliotecário por um dia”, “Maratona de Leitura”, “Biblioteca no Pátio”, exposições, lançamentos, estantes temáticas bimestrais, estante pegue-e-leve, oficinas pedagógicas, palestras, gincanas literárias, jogos de caça ao livro, jogo da memória literário, espaços instagramáveis, decorações, murais interativos, varais de poesia, dentre outros tantos que ainda se almeja implementar, como passeio pedagógico anual, “biblio-carro” literário, concurso para escolha de mascote da Biblioteca e minicursos de orientação à pesquisa em bases de dados acadêmicas.

Realiza também parcerias internas com docentes oferecendo o espaço para aulas, palestras e saraus; e externas, como na ocasião em que acompanhou estudante na participação da mesa Jovens Leitores na Biblioteca do Polo Educacional SESC em outubro de 2025. Conta também com serviços de impressão de trabalhos escolares, empréstimo de materiais escolares diversos, orientação à pesquisa e, especialmente para o público jovem e adulto de cursos como o PROEJA, comumente proveniente de populações desassistidas e em situação de vulnerabilidade social, orientação e apoio em serviços excepcionais como confecção de currículos, consultas processuais, inscrições em concursos e assessoria no uso da *internet*, cujo acesso é disponibilizado em cinco computadores para toda a comunidade escolar.

A equipe participa ativamente dos eventos propostos pelo Sistema de Bibliotecas (SiBi-CPII), como seminários e encontros anuais para trocas de experiências e compartilhamento de boas práticas, além de eventos acadêmicos externos, buscando aprimoramento e atualização profissional. A servidoras atuam, dentre outros, em Grupos de Trabalho, como o de Acessibilidade e Inclusão Social em Bibliotecas do Colégio Pedro II, instituído pela portaria nº 5446/PROEN/CPII Colégio

Pedro II, 2025b), de 21/07/2025, uma vez que entende a necessidade de superar barreiras atitudinais, arquitetônicas e de acesso à informação para que seja garantido o atendimento a todos os usuários de forma plena, inclusiva e igualitária.

As ações desenvolvidas pela Biblioteca evidenciam uma relação com as dimensões que orientam nossa investigação. A dimensão política manifesta-se no atendimento inclusivo ao público bastante diverso, durante um expediente que contempla todos os turnos, atendendo à solicitação da Direção, como medida de redução das desigualdades no interior da comunidade escolar e acesso democrático à informação. Ações de acolhimento, orientação e serviços especiais que surgiram das demandas concretas do público e passaram a ser oferecidos regularmente, mesmo não fazendo parte das funções técnicas tradicionais, inserem a Biblioteca no campo das políticas de permanência, inclusão, cidadania e direitos sociais. Com relação à equipe, a participação em Grupos de Trabalho voltados à acessibilidade e inclusão social reforça a Biblioteca como espaço de ação política ao evidenciar o engajamento institucional na superação de barreiras e na construção de práticas mais equitativas.

A orientação à pesquisa, auxílio no uso de bases de dados acadêmicas, realização de oficinas pedagógicas e outros projetos voltados ao incentivo à leitura e à pesquisa evidenciam a Biblioteca como um espaço de produção, organização e circulação de saberes, relacionando-se com a dimensão intelectual. A atuação da equipe para além das atividades técnicas, assumindo um papel próximo ao de intelectuais orgânicos (organizando ideias, articulando saberes e contribuindo para a formação cultural e política) busca contribuir para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade reflexiva dos sujeitos. A participação em eventos acadêmicos, seminários e encontros do SiBi-CPIL também demonstra um movimento contínuo de formação e aprimoramento, fundamental para sustentar uma prática intelectual comprometida com a educação emancipatória.

Por fim, a dimensão cultural aparece na multiplicidade de atividades culturais, artísticas e simbólicas desenvolvidas pela Biblioteca. Eventos como a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, saraus, exposições, gincanas, concursos, estantes temáticas, varais de poesia, jogos literários e espaços interativos contribuem para a construção de uma cultura leitora e para a valorização da diversidade de expressões culturais. A presença ativa nas redes sociais amplia essa dimensão cultural ao dialogar com novas linguagens, ampliar o alcance das ações e fortalecer o vínculo simbólico

com a comunidade escolar e a sociedade em geral.

Vale ressaltar ainda que própria denominação do espaço como Biblioteca Lélia Gonzalez, com reinauguração prevista para fevereiro de 2026 e apoio das instâncias superiores do Colégio Pedro II, carrega um significado cultural e político ao homenagear uma intelectual negra brasileira e reforçar a Biblioteca como espaço de memória, identidade e resistência.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional desenvolvido através desta pesquisa consiste em um manual teórico-prático dirigido às equipes das Bibliotecas do Colégio Pedro II e aplicável às unidades de informação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contendo os principais conceitos da EPT, propostas de ações culturais e sugestões de atividades para que as Bibliotecas cumpram com excelência sua função de colaborar para a formação integral e emancipatória.

O primeiro passo para a elaboração de um bom recurso (ou produto) educacional consiste em compreender que ele resulta dos objetivos definidos na pesquisa. Entender quais são os objetivos que se deseja alcançar com o recurso educacional deve ser o ponto de partida para a sua elaboração. Abaixo são apresentadas algumas definições de objetivos de aprendizagem e como eles se evidenciam durante o processo de elaboração do recurso educacional. Segundo Minayo (2016, p. 44), "buscamos com a formulação dos objetivos responder ao que é pretendido com a pesquisa, que propósitos almejamos alcançar ao término da investigação. É fundamental que esses objetivos sejam possíveis de serem atingidos".

Para Coll (1986 *apud* Zabala, 1998) os conteúdos podem ser factuais, conceituais, procedimentais ou atitudinais. Para os três últimos conceitos, Zabala (1998) define que esta classificação corresponde respectivamente às perguntas “o que se deve saber?”, “o que se deve saber fazer?” e “como se deve ser?”. No caso da elaboração dos recursos educacionais, pode-se comprometer com cada um desses aspectos, pois uma das funções do recurso educacional é promover o conhecimento sobre um determinado tema em um momento muito específico do processo de aprendizagem. No caso da presente pesquisa, os objetivos de aprendizagem do manual encontram-se descritos no quadro a seguir.

Quadro 5 - Objetivos de aprendizagem

Objetivos conceituais	Apresentar os conceitos fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica às equipes atuantes nas Bibliotecas do Colégio Pedro II.
Objetivos procedimentais	Propor ações e exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas pela Biblioteca que possam colaborar com a formação integral dos estudantes.
	Conscientizar e estimular as equipes das Bibliotecas sobre

Objetivos atitudinais	a necessidade de exercer papel ativo na formação <i>omnilateral</i> de seus usuários, em especial os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.
------------------------------	---

Fonte: A autora (2026).

Com a elaboração deste produto educacional, buscamos fomentar, entre os trabalhadores das Bibliotecas do Colégio Pedro II, em especial aquelas que atendem cursos de EPT, a capacidade de repensar e ressignificar seus espaços de atuação a partir de três dimensões fundamentais: a política, que envolve a compreensão das relações institucionais, das disputas de sentidos e da inserção estratégica da Biblioteca na organização das instituições de Educação Profissional e Tecnológica; a intelectual, que reconhece o papel formador e organizador de visões de mundo dos profissionais da Biblioteca; e a cultural, que entende a Biblioteca como território simbólico de produção de sentidos, de valorização da diversidade e de reconhecimento dos saberes plurais dos sujeitos da EPT. Nosso intuito é que esse material contribua para o fortalecimento do setor de Bibliotecas como agente ativo na construção de práticas educativas mais críticas, dialógicas e emancipadoras.

Como foi ressaltado na investigação, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2012. Essa equiparação ocorreu com a sanção da Lei nº 12.677 (Brasil, 2012), que o integrou à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ocorre que a instituição mantém algumas especificidades que o diferenciam das demais que formam a rede federal, como a oferta de educação infantil e ensino básico regular, este último com tradição centenária e, portanto, intensamente associado à sua marca de excelência.

Conforme salienta Brito (2020, p. 125),

Esta instituição quase bicentenária tenta conjugar sua excelência na formação humanista ao esforço de oferta plena, eficaz e inclusiva - como instituição pública - de cursos médios técnico-profissionais integrados, para o público de jovens e adultos do PROEJA.

O autor destaca ainda que o Colégio Pedro II é a única instituição de educação básica ligada, diretamente, ao Ministério da Educação. As outras instituições federais que ministram o Ensino Médio são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), cujos cursos são de caráter técnico e profissionalizante (Colégio Pedro II, 2020, p. 136). Segundo ele, reconhecendo a disparidade entre os cursos regulares e os de Educação

Profissional e Tecnológica,

Infelizmente, o CPEI não conseguiu engendrar, ainda, em sua cultura pedagógica institucional a plena integração entre a sua excelência em educação básica e humanista à formação profissional que preze pela *omnilateralidade* e pelo caráter polivalente na formação dos sujeitos que demandam os cursos técnicos inseridos no PROEJA (Colégio Pedro II, 2020, p. 142).

A ausência de uma cultura pedagógica institucional na oferta do ensino técnico, todavia, não constitui obstáculo intransponível, já que culturas pedagógicas institucionais não são entidades metafísicas cristalizadas no corpo social e podem ser modificadas pela ação coletiva e organizada dos agentes envolvidos. O Colégio Pedro II pode lançar mão de sua excelência acadêmica para a construção de um projeto de educação socialmente inclusivo, politécnico e integral, sendo capaz de garantir aos servidores e discentes trabalhadores sua inserção crítica no mundo do trabalho (Brito, 2020, p. 146).

Para tanto, o manual foi elaborado, a princípio, para as equipes de Bibliotecas do Colégio Pedro II em observância à necessidade de que seus servidores conheçam os princípios fundamentais da Educação Profissional Tecnológica e se reconheçam como trabalhadores que nela atuam. Apesar de abranger questões peculiares da instituição, não possui aplicabilidade exclusiva e pode ser replicado e adaptado aos diversos contextos das Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT).

O plano de implementação do produto educacional parte da disponibilização do material final através do Sistema de Bibliotecas⁷ para implementação, aprimoramento e adaptação das propostas apresentadas às atuais equipes, inclusive em possível versão impressa para distribuição às Bibliotecas, e como material de apoio no acolhimento de futuros novos servidores que vierem a integrar essas equipes. Através da apresentação dos conceitos fundamentais da EPT e atividades desenvolvidas nas Bibliotecas, bibliotecários e auxiliares recém-chegados serão despertados sobre o entendimento do espaço como equipamento formativo político, intelectual e cultural.

Foi realizada uma avaliação preliminar do material no período de 09/03/2026 a 23/03/2026, durante o qual servidores integrantes das equipes de Bibliotecas dos *campi* II e III, que oferecem cursos do segmento da Educação Profissional e

⁷ Divulgado na rede social oficial do Sistema de Bibliotecas em <https://www.instagram.com/p/DWHBd3TDkKd/>

Tecnológica, totalizando nove unidades (Tijuca II, Centro, Engenho Novo II, Humaitá II, Realengo II, Duque de Caxias, Niterói, São Cristóvão II e III) tiveram acesso ao manual e ao formulário de opinião de forma livre, voluntária e não-identificada, a fim de que deixassem, caso desejassem, suas impressões gerais.

Durante o processo de análise crítica foram recebidas quinze respostas com apontamentos bastante proveitosos e cujo acolhimento gerou ajustes pertinentes que foram implementados para o aprimoramento do material. Destacamos abaixo os principais pontos apontados pelos respondentes:

- 86,7% consideraram o objetivo do material muito claro e 13,3%, claro;
- Todos concordaram que a organização em seções facilita a compreensão;
- Foi apontado que a linguagem é acessível e as orientações são esclarecedoras, detalhadas e compreensíveis;
- O material contém linguagem objetiva e apropriada ao público-alvo;
- Foi sugerida substituição da expressão “Trabalho de Conclusão de Curso” por “Dissertação” e supressão da qualificação do coautor como orientador.
- Não foi considerado “confuso” nenhum trecho, mas foi sugerida alteração de título de seção para maior correlação com o conteúdo.
- O produto educacional foi considerado relevante pelo fato de abordar o papel ativo das Bibliotecas na formação das pessoas no mundo contemporâneo, deixando de ser entendidas como setores secundários.
- Foi mencionada a importância dos assuntos abordados e da proposta de que as Bibliotecas sejam ativas nas dimensões cultural, política e social;
- As atividades propostas contribuíram para a ampliação das possibilidades, boas práticas, reflexão e adequação dos serviços prestados pelos trabalhadores das Bibliotecas;
- Relato de que serão implementadas algumas atividades no *Campus* Duque de Caxias;
- O material valoriza a presença de estudantes no ambiente da Biblioteca, demonstra como as atividades podem ser dinâmicas e variadas, abre

possibilidades e “atiça” a criatividade;

- Houve concordância de que o produto educacional contribui para os processos formativos dos trabalhadores e que amplia as ações das Bibliotecas além do acervo;
- Através das ações propostas, os trabalhadores se sentirão mais motivados a se especializarem a fim de entregarem um trabalho de excelência;
- O material elucida que as Bibliotecas escolares não são locais de empréstimos de forma passiva;
- As atividades sugeridas foram consideradas práticas e aplicáveis, inclusive algumas já são realizadas; outras serão implementadas.
- Foi destacado que “o Produto Educacional poderia ser utilizado para o desenvolvimento de saberes e competências informacionais em ambientes escolares, onde o aluno seria capaz de entender o que é uma pesquisa, quais bases de dados acessar para fazer a pesquisa, como colocar o seu trabalho acadêmico dentro das normas da ABNT, etc. A equipe da biblioteca pode e deve ajudar esses alunos a criarem autonomia durante a busca da informação;
- O produto pode ser utilizado como uma prática cotidiana. No acolhimento dos estudantes, durante o ano letivo e em datas comemorativas;
- Serve como uma guia, principalmente para novos bibliotecários e outros servidores que atuem em bibliotecas do CP2, do CEFET ou de Institutos Federais;
- Pode ser utilizado em diversos contextos como projetos de capacitação de servidores, aprendizagem para estagiários através mapeamento das atividades desenvolvidas nas diversas bibliotecas apresentadas no produto;
- Estimula a articulação intersetorial e com docentes;
- A força de trabalho reduzida poderá impactar a implementação das ações propostas, bem como calendário escolar "apertado", principalmente em casos de greves recorrentes, recursos humanos limitados, equipe não coesa, despreparada ou desestimulada e, em

alguns casos, limitação financeira podem ser fatores que dificultem a utilização do produto.

- Todos recomendariam o uso do produto em contextos formativos e acreditam que o manual sirva como norteador para as Bibliotecas escolares das Instituições Federais.
- Foram apontadas necessidades de ajuste em elementos pré-textuais para adequação às normas editoriais institucionais, retificação do nome da Biblioteca do *campus* Centro, substituição do termo “Conclusão” por “Considerações finais” e de “EPT” por Educação Profissional e Tecnológica.

A disponibilização do produto educacional pelo Sistema de Bibliotecas para esta avaliação preliminar por pares já gerou importante desdobramento, como o agendamento de reunião com o GT (Grupo de Trabalho) de *Marketing* para discussão sobre a implementação de um calendário anual de atividades para todas as Bibliotecas do Colégio Pedro II, a fim de enfrentar o cenário desfavorável descrito na investigação, onde que os dados apontaram que as iniciativas de fazer das Bibliotecas agentes formativos vivos e dinâmicos existem, mas possuem caráter eventual, pontual e dependente de ações individuais. O calendário configura uma iniciativa institucional de atuação coordenada e permanente dos setores no atingimento de seus objetivos e cumprimento de seu papel multidimensional.

O aprimoramento do material elaborado deve ser constante e cíclico, na medida em que constitui um passo inicial na formação de novas “lideranças” intelectuais com uma forma nova de entendimento sobre a *práxis* bibliotecária e que, por sua vez, influenciem outros até a consolidação de uma nova cultura institucional. A construção de novos entendimentos implica no surgimento de novos modos de agir. O posicionamento desses trabalhadores e o fortalecimento dos espaços de informação não se restringe às equipes, mas repercute no beneficiamento de todo o público usuário de seus serviços e recursos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo desta dissertação permitem afirmar que a Biblioteca do Colégio Pedro II, quando compreendida em sua dimensão histórica, social e pedagógica, apresenta um potencial significativo para contribuir com a formação emancipatória dos sujeitos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Tal compreensão dialoga diretamente com o objetivo geral desta pesquisa, que buscou investigar de que maneira esse espaço pode desempenhar sua função social para além de uma perspectiva apenas instrumental. Em resposta ao nosso problema de pesquisa, as produções analisadas apontaram para a atuação do setor como espaço educativo e pedagógico; de mediação cultural e incentivo à leitura; e de inclusão social.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, evidenciou-se que a função social das bibliotecas, historicamente constituída no campo educacional, ultrapassa a ideia de guarda e organização de acervos, assumindo um papel mais ativo na democratização do acesso ao conhecimento, na mediação cultural e na formação crítica dos sujeitos. Esse movimento ganha contornos ainda mais relevantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, que se orienta por princípios de formação integral, *omnilateral* e articulada às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

Em diálogo com o segundo objetivo, a investigação das práticas, ações e usos atuais da Biblioteca do Colégio Pedro II revelou a existência de iniciativas que apontam para sua atuação como espaço educativo, cultural e social. Ao combinar atividades pedagógicas, acesso à informação, cultura, leitura e inclusão social, a Biblioteca demonstra sua capacidade de colaborar com a formação integral dos estudantes, ainda que isso nem sempre aconteça de forma sistemática. Nesse sentido, ela atua como um equipamento estratégico no apoio ao processo de ensino-aprendizagem, na mediação cultural e na integração da comunidade acadêmica, mobilizando dimensões políticas, intelectuais e culturais.

Entretanto, conforme apontado no terceiro objetivo, também foram identificados limites importantes. Apesar dos avanços observados, a Biblioteca ainda é, em muitos casos, tratada como um espaço secundário, subutilizado e carente de maior integração com as práticas pedagógicas e com as políticas institucionais. A ausência

de diretrizes mais amplas e articuladas, bem como de uma rede nacional que integre as bibliotecas das Instituições Federais de Ensino, contribui para a fragmentação das ações, que frequentemente se apresentam de forma pontual, local e não coordenada. Isso acaba dificultando a consolidação de práticas mais estruturadas, o compartilhamento de experiências e o fortalecimento institucional dessas unidades, o que poderia ser bem mais avançado.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer e potencializar o papel dos profissionais que atuam nas bibliotecas. Como discutido ao longo da pesquisa e articulado ao quarto objetivo específico, os bibliotecários e suas equipes são chamados a se constituírem como agentes político-educativos, indo além de uma atuação restrita à gestão técnica. Sua atuação como educadores, mediadores culturais e promotores da leitura e do acesso ao conhecimento exige o domínio dos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, bem como um compromisso maior com a formação crítica e emancipatória dos estudantes. Isso implica uma reorientação do trabalho, com menos centralidade nas rotinas técnicas e mais investimento no uso pedagógico e social do espaço da Biblioteca, o que nem sempre é simples de ser feito no cotidiano.

A elaboração e proposição de um manual orientador, como produto desta pesquisa, se insere justamente nesse esforço de fortalecimento da Biblioteca como espaço formativo. Ao sistematizar princípios, possibilidades de ação e estratégias de integração, o manual busca contribuir para que as equipes possam ressignificar suas práticas e ampliar sua inserção nos processos educativos, alinhando-se aos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, ainda que sua implementação possa enfrentar alguns desafios institucionais.

O processo de mudança da cultura institucional é lento e árduo, mas possível. Em relação ao Colégio Pedro II, há que se destacar, nos últimos anos, várias iniciativas inéditas de valorização dos setores de Bibliotecas e seus servidores, tais como a realização de eventos específicos acadêmicos e sociais, como o I e II EBIREF (Encontro das Bibliotecas da Rede Técnica Federal do Rio de Janeiro) em 2018 e 2025, respectivamente, sediados pela instituição, o oferecimento de cursos de capacitação, aquisição de mobiliário, livros e equipamentos; financiamento de projetos (como o Evento de Lançamento do Espaço de Tecnologias Assistivas e Serviços Informacionais Inclusivos) e viagens de servidores para congressos, encontros (VIII Encontro nacional da EJA-EPT) e seminários (XXIII Seminário Nacional de Bibliotecas

Universitárias), todos em 2025. A criação do repositório institucional *Petrus* em 2024 foi um importante passo para a preservação do patrimônio documental e para a promoção da produção intelectual da instituição. O *Petrus* é um repositório digital que reúne e disponibiliza ao público a produção intelectual do Colégio Pedro II, garantindo acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de artigos, teses, dissertações, relatórios técnicos e outros materiais produzidos pela comunidade acadêmica.

No entanto, faltam, ainda, investimentos em recursos tecnológicos, como a atualização do sistema utilizado pelas Bibliotecas, *Koha*, e sua disponibilização via *internet* para possibilitar a ampliação do acesso à toda a sociedade (atualmente disponível via *intranet*, apenas para a comunidade acadêmica interna).

As Bibliotecas dos Institutos Federais têm diante de si diversos desafios. Desde o atendimento diário a um público bastante diversificado, que engloba vários segmentos, do ensino básico à pós-graduação, composto por sujeitos com diferentes demandas, características e necessidades informacionais, até o exercício de múltiplas funções por equipes cujo número de servidores é insuficiente para suprir com qualidade todos os turnos de funcionamento. A sobrecarga muitas vezes compromete o trabalho das equipes, limita a propositura de projetos inovadores e o oferecimento de maior número atividades pedagógicas, culturais e de lazer.

Diante da ampliação de ofertas de cursos e dos espaços de informação, há necessidade de planejamento, formação e desenvolvimento de coleções (acervo diversificado para promover discussões e reflexões), formação continuada dos trabalhadores, investimento em infraestrutura tecnológica, materiais e recursos para as Bibliotecas.

A proposta para o futuro das Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia requer uma abordagem holística e inovadora, destacando o potencial e a versatilidade desses espaços como formadores de pensamento crítico, palcos de discussões, conscientização social e promotores de uma educação integral para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Flávia Ferreira. **Mediação e leitura na biblioteca escolar**: estudos de casos múltiplos. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da Biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas Bibliotecas universitárias de Juazeiro do Norte- CE. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15., jan. 2012, Juazeiro do Norte. **Anais [...]**. Juazeiro do Norte: UFCE, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17474/14257>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. *In*: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 67-78. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/212/187>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ALVES, Suelma dos Reis Pereira *et al.* O trabalho na educação profissional e tecnológica e a teoria histórico-cultural. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 15, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37757>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37757>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português**: encontro & interação. v. 14. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARGANHA, Filomena. Novas Bibliotecas, novos conceitos. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Porto, n. 1, p. 93-97, 2004. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/entities/publication/3e49a298-dd2d-4b6d-99b8-efc6dab09e71>. Acesso em: 10 out. 2024.

BARROS, Maria Helena T. C. O bibliotecário e o ato de ler. *In*: SILVA, Ezequiel Theodoro (org.). **O bibliotecário e a análise dos problemas de leitura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 32-33.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.

BEDIN, Jéssica; CHAGAS, Magda Teixeira; SENA, Priscila Machado Borges. Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2016.

BOSO, Augiza Karla; SILVA, Elaine Santos da; GOULART, Rose Mari Lobo. Avaliação das unidades informacionais para incremento da qualidade dos serviços prestados: o caso do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis para o desenvolvimento de um Plano de Ação para a Biblioteca Dr. Hercílio Luz. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do País, para modificar a definição de Biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). **Diário Oficial da União**, Brasília DF, 9 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRITO, Leonardo Leônidas de *et al.* O PROEJA no Colégio Pedro II. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 4, p. 123-148, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60121>. Acesso em: 23 jan. 2026.

BUENO, Maria Inês Passos Pereira. **A colaboração entre docentes e bibliotecários na Educação Profissional e Tecnológica**: um estudo no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Unidade Divinópolis. 2022. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Divinópolis, 2022.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality**: contemporary dialogues on the left. Londres: Verso, 2000.

CAETANO, Alessandra Monteiro Pattuzzo. **Biblioteca universitária como espaço de aprendizagem**: a competência em informação e a colaboração educativa entre bibliotecário e professor. 2022. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de Biblioteca escolar. **Rev. ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 163-168, 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/431/550>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Mais da metade dos brasileiros não lê livros, aponta pesquisa. **CBL.org**, [S. l.], 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cbl.org.br/2024/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-le-livros-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CAMARGO, Fabiana Natalia Macedo de. **Estratégias de promoção e mediação da leitura de uma biblioteca multinível**: estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Campus Bragança Paulista (IFSP/BRA). 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. A função educativa da Biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernardete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1–25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106613>. Disponível em: https://revistas.usp.br/berev/pt_BR/article/view/106613. Acesso em: 23 jan. 2026.

CAMPELLO, Bernardete Santos. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário escolar. São Paulo: Autêntica, 2009.

CARVALHO, Maria da Conceição. Biblioteca escolar, lugar privilegiado da leitura literária? *In*: MACHADO, Maria Zélia Versiani (org.). **A criança e a leitura literária**: livros, espaços, mediações. Curitiba: Positivo, 2012. p. 67-87.

CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política no processo histórico. **Revista Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 6, p. 516-533, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21166/metapre.v6i.3983>. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 28 set. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr., 2014.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zvHV8zMqy3nXtL9N6jgJLKH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Cpii inaugura espaço de tecnologias assistivas e serviços informacionais inclusivos. **Cp2.g12**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2025a. Disponível em: https://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/14952-cpii-inaugura-esp%C3%A7o-de-tecnologias-assistivas-e-servi%C3%A7os-informacionais-inclusivos.html. Acesso em: 22 nov. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria nº 1.201, de 19 de maio de 2022**. Cria o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2022. (documento interno).

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria nº 328, de 13 de fevereiro de 2020**. Cria a Central de Bibliotecas. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2020. (documento interno).

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria nº 5446, de 21 de julho de 2025**. Cria o Grupo de Trabalho Acessibilidade e Inclusão Social em Bibliotecas do Colégio Pedro II visando o acesso às pessoas com deficiência e com necessidades específicas aos serviços, produtos e espaços das bibliotecas da instituição. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2025b.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político-Pedagógico Institucional**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). Resolução CFB nº 220/2020, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CFB-220-2020-05-13.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CORREIA, Raquel Pinto. **E-Mapeamento de práticas significativas de bibliotecas escolares e suas estruturas espacial, formativa, pedagógica e humana**. 2022. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) - Centro Universitário Internacional, Curitiba, 2022.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

COSTA, Jéssica Fernandes. **O papel da Biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6092/1/2013_JessicaFernandesCosta.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

DEUS, Edmar dos Reis de. **O espaço da biblioteca do IFNMG – Campus Janaúba: possibilidades para uma formação humana integral**. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, 2023.

DIAS, Lorisa Hermínia Pinolevi de Souza; PALHARES, Maria Cristina. Iniciativas espontâneas de acesso ao livro. In: PRADO, Jorge do (org.). **Mediação da leitura literária em bibliotecas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019. p. 49-66.

DISARZ, Gabrielle Amadigi; SPUDEIT, Daniela; GERALDO, Genilson. O desenvolvimento sustentável e a biblioteca escolar: por uma educação emancipatória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais [...]**. Recife: Febab, 2024. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3319>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Biblioteca escolar: espaço de inclusão social. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 53-68.

FERREIRA, Daiane Ferreira; PEREIRA, Vilmar Alves. A relação trabalho e educação e suas implicações na Educação de Jovens e Adultos. **RELACult**: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 4, ed. esp., fev. 2018. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/819/447>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FILIPETTO, Adriane Terezinha. **Bibliotecas em transformação**: estudo de usuários do sistema de bibliotecas da UFSM. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001b. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 3 fev. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012. p. 750-757.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GONZAGA, Maria Marismene. **Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: um estudo de caso**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: notas sobre a política de Maquiavel**. v. 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política**. v. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo**. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo**. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cronache Torinesi: 1913-1917**. [S. l.]: Giulio Einaudi, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Célia Maria de Lira. **O letramento literário e o trabalho colaborativo entre sala de aula e biblioteca escolar na formação do leitor**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Pernambuco, 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994**. Haia: IFLA, 1994. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/5d91650a-6289-478f-bc3b-02782c66b67d>. Acesso em: 22 jul. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **As Bibliotecas e a implementação da agenda 2030 da ONU**. Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

JINKNSS, Nay. Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do Inaf. **Unicef**, [S. l.], 5 maio 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOURENÇO FILHO, Manoel. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MANCINI, Marina Valéria Delage Vicente; SANTOS, Greice dos Reis. Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos assistentes sociais. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 112-133, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.33498>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/33498>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MARTINS FILHO, Lourival José. Alfabetização de idosos: aprendizagens da leitura e da escrita. **Debates em educação**, Alagoas, v. 8, n. 15, p. 64-80, 2016. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2016v8n15p64>. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/1832>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Federico. **La ideologia alemana**. 5. ed. Montevideo: Pueblos Unidos, 1974.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife, PE: Massangana, 2010.

MONTEIRO, Jaqueline da Silva. **O bibliotecário e sua contribuição enquanto mediador da informação cultural**. 2016. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

MORET, Ronald Tavares Leão. **A competência em informação em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: sentidos, práticas e desafios a partir das Bibliotecas Multiníveis. 2022. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. *In*: MORO, Eliane Lourdes da Silva *et al.* (org.). **Biblioteca escolar**: presente! Porto Alegre: Evanograp, 2011. p. 13-70. Disponível em: https://www.poa.ifrs.edu.br/images/Documentos/livro_curso_biblioteconomia_Biblioteca_escolar_presente.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [S. l.], v. 2, p. 4-30, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Disponível: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MOURA, Graziella Chrysóstomo da Silva. **Letramento informacional**: o papel educativo do bibliotecário como suporte às práticas de pesquisa no Ensino Médio Integrado. 2023. 330 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2023.

MOUTINHO, Sonia Oliveira Matos. **Práticas de leitura@ na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI - campus Teresina Sul**. 2014. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programação de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3075/00000A51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 dez. 2024.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt *et al.* (org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, Lívia Ferreira de. **Percepções da Educação Profissional e Tecnológica e a construção de um acervo bibliográfico**: uma análise do Câmpus Itapetininga do Instituto Federal de São Paulo. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um sistema nacional de Bibliotecas escolares**. Brasília: FEBAB, 1985. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/06/pdf_e053d45323_0010890.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

PAJÉU, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. A mediação cultural na Biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **RDBCI: Rev. Dig. de Biblioteca Ci. Info.**, Campinas, SP, v. 18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8660541>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/KZrgC78vK7QkBH5MQSgVBjs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2024.

PIERUCCINI, Ivete. Pesquisa escolar significativa e o bibliotecário: questão essencial para a infoeducação. **Informação@Profissões**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 32-54, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p32>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28315>. Acesso em: 3 out. 2024.

PIRES, Aparecida Carneiro *et al.* A função dos intelectuais e o papel da escola na organização da cultura. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 47, p. 349-362, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640056/7615>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SANTOS, Jeane Gomes dos. **A biblioteca na Educação Profissional**: análise das práticas educativas de serviço de referência desenvolvidas nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

SANTOS, Maria Aparecida Brito; GRACIOSO, Luciana de Souza; AMARAL, Roniberto Morato do. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 26-43, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/668>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Desafios atuais da pedagogia histórico-crítica. *In*: SEVERINO, Antônio Joaquim *et al.* (org.). **Dermeval Saviani e a educação brasileira**: o simpósio de Marília. São Paulo: Cortez, 1994. p. 243-284.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n. 34, jan/abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/abstract/?format=html&lang=es&stop=next>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SEMERARO, Giovani. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/intelectuais-organicos-em-tempos-de-pos-modernidade-523mtvnmkc.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, Andréia Santos Ribeiro; LIMA, Marcia Ferreira. Estudo de usuários para o desenvolvimento das atividades nas bibliotecas do Instituto Federal da Bahia. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 52-80, 2018. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v3i1.2018.31434>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/31434>. Acesso em: 3 dez. 2021.

SILVA, Cristiane Pereira da. **Acessibilidade em bibliotecas**: um estudo de caso na biblioteca do IFSUL – Câmpus Pelotas. 2023. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Charqueadas, 2023.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. O bibliotecário e a formação do leitor. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.). **Estado de leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p. 159-168.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Leonardo Henrique. **Competência em informação na Educação Profissional e Tecnológica**: o papel da biblioteca. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano, Ceres, 2021.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 115–135.

SILVA, Waldeck Carneiro. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVEIRA, Rene Trantin. A relação professor-aluno de uma perspectiva gramsciana. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 43, n. 1, p. 97-114, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623664512>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SIQUEIRA, Maria Silvério da Silva. **A biblioteca escolar e a iniciação científica no ensino médio**: contribuições do letramento informacional na formação de jovens pesquisadores. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SOUZA, Alan Cruz de. **A resignificação da Biblioteca escolar de ensino médio aplicada na Educação Profissional e Tecnológica com a perspectiva da formação omnilateral**. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROPPI/alan_cruz_de_souza.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

SOUZA, Telma Mariá Viola de. **Biblioteca e educação profissional**: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2022. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022b.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 3 fev. 2026.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa, 1980.

TURRA, Neide Catarina. Reuven Feuerstein: experiência de aprendizagem mediada: um salto para a modificabilidade cognitiva estrutural. **Educere et Educare**: Revista de Educação, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 297-310, jul./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v2i4.1671>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1671>. Acesso em: 1 dez. 2025.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem Informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. São Paulo: Unicamp, 2023.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO A – DISCURSO DE ABERTURA DA CORDENADORA DE CULTURA NO II ENCONTRO DAS BIBLIOTECAS DA REDE TÉCNICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (EBIREF) 2025

Nos dias 22 e 23 de outubro de 2025, foi realizado no auditório do *campus* Tijuca II do Colégio Pedro II o “II EBIREF - Encontro das Bibliotecas da Rede Técnica Federal do Rio de Janeiro”, uma parceria entre o Colégio Pedro II, o Sistema de Bibliotecas (SiBi) do CPII e o IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), com a presença da Reitora, pró-reitoras de Ensino (PROEN) e da Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC); o diretor do *campus* anfitrião, as coordenadoras das Bibliotecas de ambas as instituições e a coordenadora de Cultura do CPII. A realização do evento, que contou com apoio financeiro institucional, constitui um passo inédito e importante na valorização das unidades de informação e suas equipes como agentes relevantes no contexto educacional.

Conforme destacou Juliana Chrispim (2025), Coordenadora de Cultura da PROPGPEC, em sua fala de abertura na mesa do evento, o papel das bibliotecas vai muito além de sua função técnica. O discurso vai ao encontro do cerne do tema desta pesquisa ao destacar as Bibliotecas como espaços estratégicos de transformação social, cultural e educacional; um elo entre o mundo escolar e a cultura e um espaço vivo fundamental para a formação de sujeitos críticos, criativos, participativos, mais potentes e conscientes de si e do mundo em que vivem. Destacamos a seguir alguns trechos que evidenciam o progresso na relação e alinhamento entre a instituição e as equipes de bibliotecas:

Estamos aqui reunidos em torno de um objetivo comum: fortalecer o papel das bibliotecas escolares e de instituições de ensino da Rede Federal como espaços estratégicos de transformação social, cultural e educacional. As bibliotecas escolares são muito mais do que espaços físicos de depósitos, empréstimos e devoluções de livros. Elas são espaços vivos de aprendizagem, de descobertas e de convivência, para a construção de conhecimentos. Em seus corredores e estantes, vive intensamente o direito à leitura, ao conhecimento e à imaginação. É nos espaços das bibliotecas que muitas alunas e muitos alunos têm seu primeiro contato autônomo com a pesquisa, seus mergulhos particulares em universos interiores, descobrem identificações tão pessoais que são marcas em suas identidades, têm seu contato seguro com a informação qualificada. São, portanto, espaços fundamentais para a formação de sujeitos críticos, criativos, participativos, mais potentes e conscientes de si, do mundo em que vivem, tanto em seus pequenos núcleos quanto em seus horizontes de expansão. A partir dessa base, não podemos dissociar biblioteca, cultura e educação. Elas se entrelaçam e se fortalecem mutuamente numa rede de desejável

dependência e colaboração. Um bordado. A biblioteca é, por excelência, um elo entre o mundo da escola e o mundo da cultura. Ao mesmo tempo em que as bibliotecas apoiam o currículo, os projetos e as práticas pedagógicas levadas a cabo nas aulas regulares presentes na grade, ela amplia horizontes ao conectar os estudantes com diferentes manifestações culturais, vozes plurais e narrativas diversas, de uma forma particular que não é experimentada, da mesma maneira, nas salas de aula dos componentes curriculares habituais das grades horárias nas instituições de ensino. Por isso, é tão significativo que as políticas públicas de livro, leitura e bibliotecas estejam vinculadas ao Ministério da Cultura. Essa vinculação reconhece a leitura como um direito cultural. Esse direito, para ser efetivado, necessita ser promovido com intencionalidade, planejamento, propostas de ações inovadoras e investimento. Significa entender que democratizar o acesso ao livro e à leitura é uma missão que exige articulação intersetorial, como nossa proposta de aproximação da Coordenadoria de Cultura com as Bibliotecas do CPEI, interinstitucional, como esse evento está promovendo, e compromisso institucional que reconheça que as bibliotecas precisam de acervos atualizados, espaços adequados e profissionais valorizados. E aqui é essencial destacar: não há biblioteca sem bibliotecárias e bibliotecários. É urgente e necessário reconhecer o papel desses profissionais nas instituições públicas de ensino. Eles são mediadores do saber, promotores de leitura, guardiões do acesso à informação. São profissionais capacitados, em seus saberes e formações específicas, para desenvolverem as ações potentes que uma biblioteca escolar pode conduzir e ofertar para estudantes e toda a comunidade, incluindo a comunidade externa. Valorizar as bibliotecas é, também, valorizar o trabalho técnico, ético e pedagógico das bibliotecárias e dos bibliotecários, que tornam esses espaços verdadeiramente educativos e acolhedores. O contato regular, próximo, a relação integrada e participativa entre estudantes e bibliotecárias e bibliotecários é fundamental na instituição pública de educação básica para, inclusive, fazer com que jovens possam conhecer essa possibilidade de engajamento profissional, o que também é missão da educação pública que se dedica à ampliação de horizontes e perspectivas de vida (...) E, em 2025, finalmente realizamos algo desejado há tempos, que foi a ampliação desse apoio para as Bibliotecas Escolares (...) E isso tem seu valor para a cultura brasileira, que precisa desses profissionais, bem formados, na gestão e na atuação preciosa nas bibliotecas, sejam as escolares, de instituições de ensino, públicas, privadas, comunitárias, itinerantes e todas mais que queremos ver nascer. Finalizo a minha fala desejando mais uma vez que este evento seja, portanto, um espaço de reflexão, diálogo e construção coletiva. Que as pessoas participantes possam sair daqui mais convictas de que investir em bibliotecas escolares e de instituições de ensino é investir no futuro. E que políticas de leitura, cultura e educação caminhem juntas, com bibliotecárias, bibliotecários e bibliotecas fortalecendo o centro desse projeto transformador. Viva as bibliotecas VIVAS da Rede Federal de Ensino!

A realização de eventos como este representa um marco importante no processo que, espera-se, seja contínuo no despertamento de um protagonismo e maior visibilidade dos setores de Bibliotecas, de modo que ações como apoio e financiamento de eventos acadêmicos, viagens de servidores para congressos e seminários para atualização profissional e proposição de projetos a partir de editais, por exemplo, todos historicamente direcionados aos servidores docentes, possam ser expandidos e, passando a contemplar esses profissionais técnicos-administrativos lotados nas Bibliotecas, contribuam para o desenvolvimento de todo o seu potencial,

a fim de que seja revertido em benefício de toda a comunidade escolar. Com ações desse tipo, a instituição avança ao acenar a busca pelo diálogo, fundamental para o bom entendimento e a cooperação entre as partes.